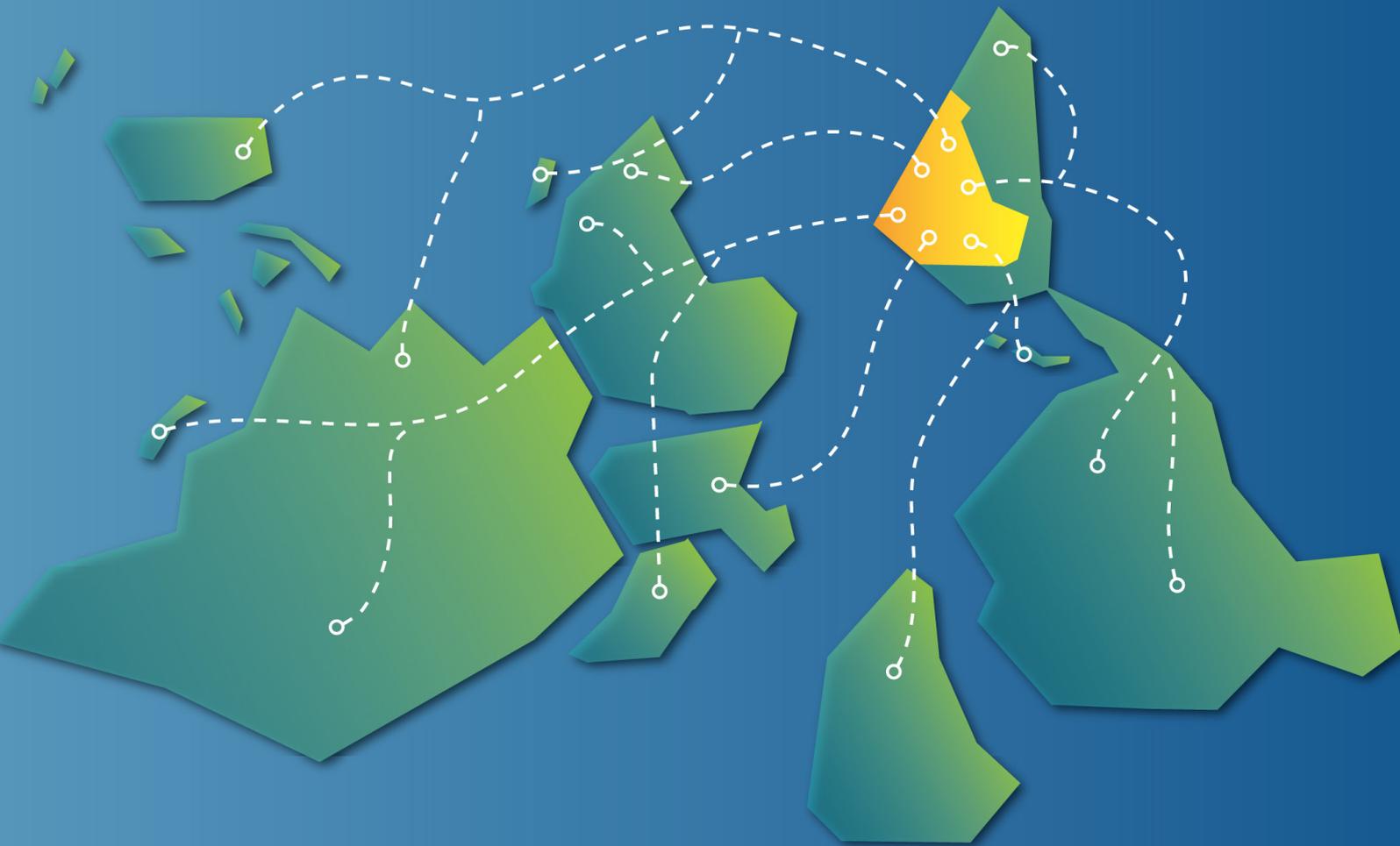




NOVAS FRONTEIRAS

ESPM

Revista Acadêmica de Relações Internacionais da ESPM-Sul



nepri **ESPM**

núcleo de estudo e pesquisa
em relações internacionais

CONSELHO EDITORIAL

Coordenação

Prof. Dr. Cristian Salaini
Prof. Dr. Diego Pautasso
Prof. Ms. Sérgio Wollman

Editor-Chefe

João Henrique Salles Jung

Editora Assistente

Julia Hoechner Silveira Martins

Diretoria Técnica

Enrique Taborda
Luiza Reck Ortigara
Vinicios Sparremberger

Capa

Co.de – ESPM-Sul

Projeto Gráfico

Vinicios Sparremberger

Revisão Ortográfica:

Prof.Dr. Roberta Sartori

Revisão Técnica

João Henrique Salles Jung

Contato

novasfronteiras-sul@espm.br

SUMÁRIO

PREFÁCIO	04
Inserção Internacional do Brasil: entre avanços e recuos	
ARTIGO	06
Percepções do Brasil sobre o plano de integração de Simón Bolívar para a América Latina	
ARTIGO	17
“A cobra vai fumar”: a participação brasileira na segunda Guerra Mundial	
ENTREVISTA	22
BRICS: Cenários e perspectivas	
ARTIGO	27
Obstáculos e Retrocessos: a política externa brasileira para a África nos governos Sarney (1985-1990) e Collor (1990-1992)	
ARTIGO	34
O corpo humano como arma de guerra	
ARTIGO	43
Da guerra ao terror à presença chinesa na África: a criação do Africom e a sua lógica	

PREFÁCIO

INSERÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL: entre avanços e recuos

João Henrique Salles Jung¹

Julia Hoechner Silveira Martins²

O século XXI é marcado, em âmbito global, por um aprofundamento contínuo das relações políticas e econômicas entre os países. As tradicionais dinâmicas de colonialismo e imperialismo dão lugar a um sistema mais complexo, em que se estabelecem também relações de interdependência mútua e no qual são criados diversos blocos e organismos internacionais. Não apenas as decisões militares de cada país têm influência internacional, mas também as definições nas áreas econômicas passam a ter reflexos cada vez mais expressivos, considerando-se um perceptível processo de globalização da economia. Nesse contexto, cada Estado torna-se mais interdependente mundialmente, de forma que a política externa ganha uma maior dimensão nas decisões internas, estas que devem levar cada vez mais em conta o cenário internacional.

Na política externa brasileira, destacam-se duas tendências distintas, uma marcada pelo alinhamento automático aos Estados Unidos e às outras potências tradicionais e outra pela busca de uma maior autonomia no cenário internacional. Esta última, originada em 1930, no governo de Vargas, desenvolveu-se ao longo do século XX, adquirindo um caráter cada vez mais autônomo e assertivo. Iniciada como uma política de barganha, que visava apenas a uma menor dependência norte-americana, sem deixar de lado o principal parceiro comercial, a vertente independentista tornou-se mais radical com o desenrolar do século, e o governo passou a buscar uma maior multilateralidade em suas relações econômicas e diplomáticas, aproximando-se de parceiros não tradicionais.

A partir do século XXI, com os governos de Lula e de Dilma Rousseff, a tendência independentista se intensificou e o país ampliou suas relações com países de todos os

continentes. Durante o governo de Lula, a política externa assumiu um papel primordial para o Estado, que investiu muito na diplomacia e ganhou uma maior visibilidade em âmbito internacional. Não apenas pelo forte crescimento econômico, mas também por sua maior articulação política, o Brasil foi tomado como uma potência emergente, o que lhe garantiu um maior poder em âmbito externo. A liderança do país na formação de blocos internacionais e regionais, como o MERCOSUL, os BRICS, o G20 e a ALCA, bem como sua participação mais ativa em organismos tradicionais como na ONU, na OMC e no BM, refletem a mudança de postura do país em escopo mundial. O governo de Dilma, por sua vez, diminuiu a atenção à política externa, ainda que tenha seguido com a linha independentista. O Brasil perdeu, relativamente ao governo anterior, o engajamento nos organismos internacionais e sua visibilidade como potência emergente, tanto por sua menor articulação internacional quanto pela queda em seu desempenho econômico.

O BRICS é abordado de maneira especial nesta edição através de entrevista concedida pelo Prof. Dr. Fabiano Mielniczuk à *Novas Fronteiras*. Sendo um dos maiores especialistas de BRICS no Brasil, Fabiano Mielniczuk, que foi Coordenador de Pesquisas do BRICS Policy Center, aborda questões que partem desde a relevância da instituição no cenário internacional até a importância da presença brasileira na mesma.

Partindo de tais questões apresentadas, a quarta edição da *Revista Novas Fronteiras* aborda a importância dos temas internacionais para o Estado brasileiro, reunindo artigos que analisam a inserção brasileira no âmbito externo e a influência do sistema internacional no contexto interno. Contendo um dossiê Brasil com trabalhos que abordam temáticas referentes à potência Sul-Americana, a *Novas Fronteiras* pensa

¹ Estudante de graduação em Relações Internacionais na ESPM-Sul e em Ciências Sociais pela UFRGS. Editor-Chefe da *Novas Fronteiras* e monitor de pesquisa sobre Política Externa Brasileira pela ESPM-Sul. Email: joaojung@outlook.com.

² Estudante de graduação em Relações Internacionais na ESPM-Sul e em Ciências Econômicas pela UFRGS. Editora-Assistente da *Revista Novas Fronteiras*. Email: juliahoechnersm@gmail.com.

em maneiras de refletir a posição política brasileira no Sistema Internacional. Além das pesquisas com enfoque no país, outros dois artigos trazem temas que vão do terrorismo ao novo colonialismo indireto na África.

Esta edição da *Novas Fronteiras* inicia com o artigo intitulado **“Percepções Do Brasil Sobre O Plano De Integração De Simón Bolívar Para A América Latina”**, com a autoria de Caroline Chagas de Assis, Josiane Simão Sarti e Gabriela Pedrassani Zwirter. O trabalho trata sobre o projeto de integração latino-americano e as percepções brasileiras a respeito desta iniciativa que vem desde os tempos de Simón Bolívar. Com ênfase no Congresso do Panamá de 1826, e a respectiva intenção de unificar a América Latina em um movimento pan-americanista, o artigo costura o contexto das revoluções de independência na região e a luta contra a hegemonia europeia em busca de autonomia. Por se aproximar do velho mundo em diversas ocasiões e ser o único império no continente, o Brasil, ao mesmo tempo em que é visto como uma ameaça, também é percebido como um importante ator para a consolidação dos ideais emancipatórios. Confrontando as visões dos países latino-americanos com as do Império de D. Pedro I, em relação à região, o artigo mostra os avanços e contratempos do Bolívarianismo na região e as suas respectivas consequências.

O segundo artigo é assinado pelo estudante Artur Faleiro Naiditch e possui o título: **“A Cobra Vai Fumar”: A Participação Brasileira na Segunda Guerra Mundial**. Ao resgatar a atuação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) no contexto da Segunda Grande Guerra, o trabalho analisa a influência do evento na posição brasileira frente ao Sistema Internacional e à sua política interna, como o fim do vínculo entre o Estado Novo de Vargas e o fascismo devido à adesão brasileira aos aliados. O artigo traz elementos particulares da participação brasileira na guerra, como uma narrativa dos fatos ocorridos em campo de batalha, além da já citada análise das consequências políticas da participação brasileira na guerra. Ao fazer considerações do pós-guerra e da nova configuração do mundo pré-Guerra Fria, são apresentados ainda alguns fatos, como a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) e o estabelecimento do Brasil como potência regional.

Dando sequência ao dossiê Brasil, o artigo **“Obstáculos E Retrocessos: A Política Externa Brasileira Para A África Nos Governos Sarney (1985-1990) E Collor (1990-1992)”**, escrito pelo estudante Felipe Rocha de Carvalho, possui como intuito explicar a relação entre o Brasil, em fase de transição democrática, e a África, que se via conturbada pela busca de emancipação. Com uma breve contextualização, o período central abordado pelo texto vai de 1985 a 1992, época de redemocratização do Brasil e de grandes processos de mudanças internas. Nesse cenário de incertezas, a relação com o continente africano se dá através de crises conjuntas. Durante o período Sarney, os desafios da grave crise econômica e das

transformações políticas do país tiraram as atenções da política externa; com Collor, impulsionado pela mentalidade neoliberal, que marcou a década de 90, e a aproximação com os países do norte, a África passou a ser relegada a um segundo plano. Com inspirações na recente aproximação entre o Brasil e o continente africano durante o governo Lula, esse trabalho traz os antecedentes que marcaram esta evolução política.

O artigo **“O Corpo Humano como arma de guerra”**, assinado pela estudante Victória Bellini, concede uma nova perspectiva ao que até então se viu nesta edição. O foco desse estudo está voltado para o terrorismo e para a respectiva capacidade do corpo humano em se tornar uma arma letal. Estabelecendo conexões entre alguns grupos de libertação nacional como o IRA e o Hamas, o trabalho explora as táticas terroristas utilizadas na greve de fome na Irlanda em 1981 e nos ataques suicidas de palestinos em nome do Hamas. Algumas características são também analisadas para a melhor compreensão do senso de comunidade estabelecido entre os grupos. Questões como valores, religião, nacionalismo e motivações são observados para estabelecer um paralelo entre as atividades realizadas por grupos terroristas e o comprometimento que os indivíduos colocam entre o seu próprio corpo e a causa defendida. Aspectos sociológicos são utilizados para diversificar as ações entre o IRA e o Hamas ao defender que há vontade de morte em um grupo e no outro não.

O trabalho que encerra esta edição, cuja autoria pertence a João Paulo de Moura Alves, intitula-se **“Da Guerra ao Terror à presença chinesa na África: a criação do AFRICOM e a sua lógica”**. A pesquisa resgata o período que sucedeu a Guerra Fria e a breve configuração unipolar do Sistema Internacional. Com a emergência de novos atores – com destaque à China e ao ressurgimento da Rússia – a África se viu como agente de disputa entre as grandes potências, as quais encontram maneiras de manter o continente africano em fase de dependência e ainda exploram os seus vastos recursos energéticos. A AFRICOM é o extrato da política externa americana para a região e surge como contraponto à forte presença chinesa no continente. Segundo o autor, as relações de subordinação e de dominação informal se perpetuam na África em uma nova corrida estabelecida por grandes players que buscam, através de atitudes benevolentes, mostrar legitimidade na exploração da região.

Felizes pelo resultado obtido através do amplo processo de seleção de artigos envolvido nesta edição, apresentamos uma revista que aborda temas pertinentes para a sociedade hoje e que traz consigo implicações que norteiam a grande política. Com uma grande qualidade analítica e descritiva, os autores mostram a competência acadêmica e intelectual que o aluno de graduação já possui e certifica-nos cada vez mais a respeito da importância do trabalho de uma revista científica voltada a futuros bacharéis. Desejamos uma reflexiva leitura, e que o caminho do saber esteja sempre à frente daqueles que o procuram.

PERCEPÇÕES DO BRASIL SOBRE O PLANO DE INTEGRAÇÃO DE SIMÓN BOLÍVAR PARA A AMÉRICA LATINA

PERCEPTIONS OF BRAZIL ON SIMON BOLIVAR'S INTEGRATION PLAN FOR LATIN AMERICA

Caroline Chagas de Assis¹
Josiane Simão Sarti²
Gabriela Pedrassani Zwirtes³

RESUMO

O projeto de integração latino não é tão atual quanto parece. Ainda no século XIX, Simón Bolívar fazia a primeira tentativa de integração da América Hispânica, que buscava resistir às tentativas de recolonização europeia e que acabou não se consagrando como integração, mas trouxe grande legado para as tentativas posteriores. O presente artigo busca apresentar as percepções brasileiras e latino-americanas sobre o projeto, com ênfase no Congresso do Panamá (1826). Conclui-se que o desaparecimento de um inimigo externo comum às Repúblicas resultou na fragmentação política e dissolução dos princípios do Congresso.

PALAVRAS-CHAVE: Simon Bolívar, Integração da América Latina, Congresso do Panamá.

ABSTRACT

The latin american integration project is not as current as it sounds. In the nineteenth century, Simon Bolivar made the first attempt of integration of Hispanic America, which sought to resist the attempts of European recolonisation and ended not consecrating as integration, but brought a great legacy for subsequent attempts. This article seeks to present the Brazilian and Latin American perceptions about the project, with emphasis on the Congress of Panama (1826), concluding that the disappearance of a common external enemy of the Republics resulted in political fragmentation and dissolution of the principles of the Congress.

KEYWORDS: Simon Bolívar, Latin American Integration, Congress of Panama.

¹ Estudante de graduação em Relações Internacionais pela UFRGS. Email: carolinechagasdeassis@gmail.com

² Estudante de graduação em Relações Internacionais pela UFRGS. Email: josisarti@gmail.com

³ Estudante de graduação em Relações Internacionais pela UFRGS. Email: gabi.zwirtes@gmail.com

INTRODUÇÃO

Com a consolidação do sistema capitalista no mundo, ampliou-se a necessidade de escala para a produção industrial. Dessa forma, foram desenvolvidos os processos de integração regional, nos quais se inspiram muitos países na atualidade - como o Brasil, com o Mercosul. Entretanto, esse projeto latino de integração não é tão atual quanto parece. A ideia de integração Latino Americana com certeza foi um legado deixado pela iniciativa de integração da América Hispânica realizada ainda no século XIX, por Simón Bolívar, que buscava resistir às tentativas de recolonização europeia. Assim, faz-se necessário um estudo mais detalhado sobre as relações regionais do subcontinente latino-americano na tentativa de formação de uma integração regional no século XIX, entendendo quais são as causas de seu insucesso, qual a participação e a percepção do Brasil frente a esse processo, bem como a percepção dos países latinos quanto à participação brasileira.

Dessa forma, o presente artigo estrutura-se em seis seções. Na primeira, trata-se sobre o histórico das revoluções de independência da América Latina, na qual evidenciam-se os principais líderes da integração bolivariana, como Simón Bolívar. Na segunda, apresentam-se as percepções dos países latinos sobre o Brasil nesse período. Em seguida, analisa-se a percepção brasileira sobre o projeto bolivariano. Na quarta seção, trata-se dos congressos realizados para a tentativa de integração, com ênfase no Congresso do Panamá (1826); após a queda do projeto, investigam-se suas causas e consequências. A última seção é dedicada a breves considerações finais.

HISTÓRICO DAS REVOLUÇÕES DE INDEPENDÊNCIA NA AMÉRICA LATINA

O Brasil, o qual levou cerca de dois séculos para descobrir ouro e prata em seu território, teve uma administração centralizada pelos portugueses, enquanto o resto da América Latina, que possuía grandes riquezas mineiras descobertas logo no início da colonização, carecia desse tipo de sistema. O sistema espanhol de colonização até o século XVIII consistiu no estabelecimento de uma administração descentralizada que permitisse o escoamento das pedras e minérios preciosos que existiam nas colônias da América Hispânica e que logo foram localizadas.

Durante o século XVIII, o sistema político de América Latina já estava estabelecido. Esse sistema político, por sua vez, era dominado pelos espanhóis (chapetones) que tinham o poder político do Estado, ao passo que os descendentes de espanhóis que haviam nascido nas colônias (*criollos*), apesar de muitas vezes terem o poder econômico, nunca conseguiam a primazia do poder político.

[...] o fato de terem nascido na América não os tornam aristocratas aos olhos dos funcionários de Espanha, que os relegam a plano secundário, o que fomenta e faz recrudescer a rivalidade já existente. Os peninsulares exerciam o governo, os altos cargos, o comércio e as altas dignidades da Igreja; cabendo aos *criollos* as funções secundárias de governo e de militares de graduação pouco elevada, salvo raras exceções (MOJADIN, 1967).

Assim, a classe *criolla* muitas vezes era provida de poder aquisitivo, apenas não tinha o poder político nas colônias (MOJADIN, 1967).

Em 1783, na cidade de Caracas, nasce um dos grandes pensadores do movimento independentista latino-americano, Simón Bolívar. Filho do Coronel Don Juan Vicente de Bolívar y Ponte e de Concepción y Palacios y Blanco, Bolívar pertencia a uma das famílias mais poderosas da América, vinda da Espanha.

Já na vida adulta, afetado pela repentina morte da esposa, Bolívar vai pela segunda vez à Europa, em 1803, iniciando oficialmente a contestação ao sistema colonial. Em seus discursos e cartas, fica claro que ele não pretendia um completo rompimento com a Espanha, queria apenas o fim do sistema colonial, assim como outros *criollos* à sua época.

Um desses documentos é o Juramento de Roma (1805) feito por Bolívar no Monte Sacro, no qual fica clara sua admiração pela cultura e civilização europeia. Porém, ao mesmo tempo, alega que o Ocidente apenas resolverá o problema do homem na liberdade no Novo Mundo, ou seja, com o fim do colonialismo na América Latina. Nesse discurso, Bolívar faz o juramento de que participará das guerras de independência da América Latina: “Juro-lhe; juro-lhe perante o Deus de meus pais; juro pelos meus próprios pais, pela honra e pelo meu país, que meu braço não descasará e minha mente não terá paz enquanto eu não tiver rompido as cadeias que me prendem pela vontade e pelo poder de Espanha” (ALEIXO, 1983).

Esse espírito revolucionário, inspirado no Iluminismo europeu e no movimento de independência dos Estados Unidos, motivou o processo de independência da América Hispânica que durou de 1808 a 1825, aproveitando um momento de conflito interno da Espanha, por conta do domínio de Napoleão, para romper com o pacto colonial. Assim, ao voltar a Caracas, Bolívar começa a lutar nas revoltas de independência da América Latina, das quais se torna um dos grandes líderes, se não o maior, junto de José Martí. Enquanto Bolívar buscava a independência da parte norte da América Latina, principalmente em seu país, Grã-Colômbia (que compreendia os atuais países da Colômbia, Venezuela, Panamá e Equador), Martí buscava a independência do sul.

Conquistando a independência da Venezuela (1810) e instalando ali a Primeira República, Bolívar vê que seria impossível a tentativa de independência por meio da legislação, sem alterar o sistema social da sociedade venezuelana, já que a sociedade seria facilmente corrompida pela influência espanhola, como fica claro na Carta de Cartagena (1812). Assim, Bolívar constata que a independência da América Latina deveria se dar de forma diferente do processo norte-americano, principalmente pelas condições do Sistema Internacional na época. Deixa claro em sua carta publicada no jornal *The Royal Gazette*, em 1815, em que diz:

Além disso, fomos abandonados pelo mundo todo, nenhuma nação estrangeira tem nos guiado com sua sabedoria e experiência nem defendido com suas armas, nem protegido com seus recursos. Não aconteceu o mesmo com a América do Norte durante sua luta de emancipação. Mesmo que tenhamos sob nós toda a sorte das vantagens, as três mais poderosas nações europeias, donas de colônias, lhe auxiliaram na sua independência; e, no entanto, a Grã-Bretanha não usou de represálias contra aquela Espanha que havia lhe feito guerra para privá-la de suas colônias. Todos os recursos militares e políticos que nos negaram, foram dados amplamente a nossos inimigos... Nós não temos mais armas para fazer frente ao inimigo, que nossos braços, nossos peitos, nossos cavalos e nossas lanças. O frágil necessita de uma longa luta para vencer; o forte, como em Waterloo, trava uma batalha e desaparece um império (Bolívar *caput* Aleixo 1983, tradução nossa).

Ainda, na Carta da Jamaica (1815), fica explícito o plano de Bolívar para a construção de uma América unificada de fala espanhola a fim de enfrentar o poderio espanhol, uma vez que não tinham apoio de outras potências. Nesse aspecto, o sentimento de união latino-americana estava “à flor da pele”, na busca por se unir para fazer frente a um inimigo externo, a Santa Aliança, que tinha como objetivo recolonizar a América Latina.

Para além da América Continental, também era de interesse dele a independência das Ilhas do Caribe, como Cuba e Porto Rico, considerando-os igualmente Americanos (CARTA DA JAMAICA, 1815). Entretanto, nesse território, além das dificuldades de reunir o exército necessário para dominar a região por conta dos conflitos internos na América Continental, Bolívar encontrava resistência dos Estados Unidos, os quais através da Doutrina Monroe, pretendiam a expansão da sua influência para a região.

Já em dezembro de 1824, Bolívar escreve a Constituição da Bolívia. Tal constituição ainda possuía grande conservadorismo no sentido da centralização do poder, descrença na participação popular e crença em que a ordem deveria ser plasmada de cima para baixo, com força, autoridade, com instituições impermeáveis às paixões populares. Nesse sentido, pensava-se que só uma ordem que viesse com força e com direção dada é que poderia tirar a Bolívia e as outras sociedades a serem emancipadas da América Hispânica de uma situação de anarquia, de fragmentação, de impossibilidade de se firmar o projeto integracionista.

PERCEPÇÃO DOS PAÍSES LATINO-AMERICANOS SOBRE O BRASIL

Ao mesmo tempo em que os países da América Latina faziam seu processo de independência, o Brasil recebia a Família Real portuguesa no Rio de Janeiro (1808-1820), tornando-se mais tarde Reino Unido a Portugal. Assim, além das diferenças de idioma e de colonização, as políticas das elites dominantes do Brasil divergiam da elite dominante na América Hispânica.

Dom Pedro I do Brasil estava ligado por vínculos de parentesco com governantes absolutistas. Sua mãe Carlota Joaquina era irmã do rei espanhol Fernando VII contra quem repugnava Bolívar. Sua primeira esposa, a inteligente Leopoldina de Hamburgo, era filha de Francisco I, imperador da

Áustria. Bolívar temeu que o Rio de Janeiro viesse a colaborar com os desígnios da Santa Aliança. Apoiava esta as tentativas de Madri no sentido de manter ou recolocar sob seu domínio a América de língua espanhola (ALEIXO, 1983).

É clara a preocupação da América Hispânica com o Brasil, visto que esse era uma monarquia e seu líder, D. Pedro I, rechaçava as instituições liberais. Assim, a América Hispânica não via com bons olhos o Império, já que ele fazia fronteira com seis de seus países, permitia escravidão e tinha pretensões de intervir em questões domésticas do Paraguai, Uruguai e Argentina.

Tem-se documentada essa percepção da América Hispânica sobre o Brasil nos Protocolos do Congresso do Panamá (1826). A relação desses países com o Império, à época, resumia-se a questões fronteiriças e sobre a navegação do rio Amazonas. O Brasil tinha questões lindeiras pendentes com a Bolívia e com o Estado Oriental e, além disso, era coproprietário do rio Amazonas juntamente com a Colômbia, Peru e Bolívia que necessitavam desse Rio e de seus afluentes para saída no oceano.

Afirmava-se que o Império era um instrumento da Santa Aliança contra as repúblicas no Novo Mundo. Tal relação era corroborada pelo alto grau de relacionamento entre as potências europeias e o Brasil. Mesmo assim, as relações entre as repúblicas e o Império não eram cortadas. Era necessário conservar boas relações com o Império para assegurar o comércio e a navegação (PROTOCOLOS DO CONGRESSO DO PANAMÁ, 1826).

Essa percepção hostil quanto ao Brasil foi provavelmente a causa que levou Bolívar a não enviar a Circular de Lima ao Brasil, em 1824. Segundo Aleixo, “o Libertador não incluiu o Brasil entre os destinatários de sua famosa Circular de Lima, de 7 de dezembro de 1824, pela qual convidou governos de repúblicas americanas, antes colônias espanholas, ao congresso anfitriônico do Panamá” (ALEIXO, 1983).

O incidente de Chiquitos (1825) corroborou para a piora das relações. Esse episódio teve início quando o governador da província de Chiquitos atravessou a fronteira e propôs ao governo provisório de Mato Grosso que a província boliviana fosse colocada sob a proteção do imperador “até que a América espanhola, ou o Reino do Peru, evacuado do poder revolucionário comandado por Bolívar e Sucre, seja reconquistada pelas armas de Sua Majestade Católica [o rei da Espanha] e reclamada pelo

dito soberano” (AHI/RJ, 308/2/8) (SANTOS, 2004).

O governo provisório de Mato Grosso aceitou tal anexação, e uma tropa de sessenta soldados brasileiros se dirigiu à província boliviana. Então, Sucre mandou uma nota em que dizia que, caso as tropas brasileiras não desocupassem imediatamente a província, seu exército seria instruído não apenas a expulsar os invasores, “mas a penetrar o território que se declara inimigo, levando à desolação, a morte e o espanto para vingar nossa pátria” (SANTOS 2004 *apud* OVANDO, 1977). Bolívar se posicionou cautelosamente, já que temia que “a Santa Aliança se aproveitasse do menor passo violento ou indireto que pudessem dar os governos da América, para atribuir-lhes intenções ambiciosas e extensivas à destruição do único trono que há na América” (BOLÍVAR 1825 *apud* OVANDO, 1977). Porém, as autoridades de Mato Grosso voltaram atrás na decisão e retiraram suas tropas de Chiquitos, evitando confronto militar.

Ainda não há um consenso dos teóricos sobre a resolução do “mal entendido” de Chiquitos. Alguns autores alegam que o imperador não havia autorizado tal ação do governo do Mato Grosso, e por conta da dificuldade de comunicação, levou algum tempo até que ele pudesse ser repreendido. Outros apontam a improbabilidade do Brasil desejar uma conflagração em Chiquitos, tendo em vista a queda na produção aurífera, a estagnação econômica brasileira e os conflitos internos por conta das guerras no Prata, visando evitar a formação de mais uma frente antibrasileira na América. Ainda, há autores que afirmam ser uma postura intervencionista brasileira quanto à América Latina, tendo por base também suas atitudes quando à Cisplatina; essa última tese foi muito defendida pelos diplomatas argentinos por conta da rivalidade regional. Bolívar, apesar das tentativas da Argentina de conseguir aliados em sua luta no Prata, não acreditava que tal ordem tivesse partido do imperador brasileiro, como demonstra em carta enviada a Dr. Gregório Funes, em 1825:

Suponho que o Sr. estará já informado da invasão que fez um oficial do Brasil à província de Chiquitos, no Alto Peru. Não tenho podido crer que esta medida tão injusta como impolítica haja sido tomada por ordem do Imperador do Brasil; porque isto seria envolver-se assim mesmo em imensidade de males que só a custo logramos calcular (Aleixo 1983).

Nesse sentido, também era importante levar em consideração a posição inglesa. Como salienta Santos (2002), não era de interesse da Inglaterra uma guerra no Prata em função dos problemas comerciais que seriam levantados por interferirem no tráfego marítimo. Além disso, esse conflito poderia levar à desestabilização política do Brasil, o que também não seria bom para os negócios ingleses. Dessa forma, sem apoio da Inglaterra, as tentativas Argentinas de conseguir apoio de Bolívar na Guerra da Cisplatina não surtiram efeito.

Além disso, apesar de ser republicano, Bolívar respeitava a monarquia constitucional, por conta de seu apreço à estabilidade e à solidez das instituições que acompanham esse sistema político. Os artigos 60 e 76 da sua Carta Magna (1826) mostram que a percepção republicana de Bolívar era constituída por um governo vitalício do presidente, além de defender a forma unitária de governo e mostrar admiração pela Constituição brasileira de 1824 (ALEIXO, 1983).

Com a amenização dos conflitos platinos e o processo de reconhecimento da independência brasileira, a percepção de ameaça da América Latina quanto ao Brasil começou a ser reduzida. Assim, apesar de Bolívar não ter enviado a Circular de Lima ao Brasil, ele resolve estender o convite para o Congresso do Panamá ao imperador D. Pedro I (ALEIXO, 1983).

É perceptível também nesse momento a relação e interesse da Grã-Bretanha em tal aproximação, uma vez que esse convite é enviado ao representante brasileiro junto ao governo britânico, Manuel Rodrigues Gameiro Pessoa, em 7 de junho de 1825. O imperador, Dom Pedro I, alegava desejar conservar a melhor harmonia com os Estados republicanos. Assim, Pessoa informa que o imperador aceitará o convite para participar do Congresso e que nomeará um representante após o reconhecimento da independência brasileira (ALEIXO, 1983).

PERCEPÇÃO DO BRASIL FRENTE AO BOLIVARISMO

O pensamento do Brasil a respeito do Congresso se evidencia nas declarações de José Bonifácio de Andrada e Silva: “(...) uma liga defensiva e ofensiva de quantos Estados ocupam este vastíssimo continente, é necessária para que todos e cada um deles possa conservar intactas sua liberdade e independência profun-

damente ameaçadas pelas irritantes pretensões da Europa” (LOBO *apud* ALEIXO, 2000).

Fica clara a solidariedade do Brasil pelo Congresso e que a ideia da unidade Americana representava uma constante da política exterior do Brasil, antes e depois da sua independência (SILVA E FERREIRA REIS, 1952). O Ministro Plenipotenciário da Grã-Colômbia, Manoel José Hurtado encaminhou, em 7 de julho de 1825, o convite ao Brasil para participar do Congresso do Panamá:

[...] Fácil é perceber pela exposição precedente que entre os objetos de deliberação da Assembleia há alguns de considerável importância, que dizem respeito não somente aos Governos estabelecidos nas Províncias antes Espanholas, mas também às demais potências americanas; e particularmente ao Governo de S. M. I. Brasiliense. A todos os Povos Americanos importa formar relações mútuas de amizade e comércio, evitar dissensões que possam conduzir a rupturas, e ajustar os pontos controvertidos do direito de gentes; ajuste que tanto convém à humanidade.

Além disso, os novos estados têm o interesse comum de consolidar suas instituições nascentes; objeto, para cuja consecução parece indispensável a boa harmonia entre todos e particularmente entre os estados vizinhos. Se o Governo de S. M. I. B., imbuído destas considerações, acreditasse conveniente associar-se com os de outros estados Americanos à Assembleia, enviando Plenipotenciários que tomassem parte nas deliberações de interesse geral, não incompatíveis com o caráter de neutralidade, o subscrito se acha autorizado para anunciar ao Cavalheiro de Gameiro que o Governo da Colômbia veria com a maior satisfação a consecução dos objetivos de S. M. I. e empregaria toda a sua influência junto a seus aliados para que os representantes de S. M. I. fossem acolhidos com a devida honra e distinção (ARQUIVO DIPLOMÁTICO DA INDEPENDÊNCIA, 1972).

Em 30 de outubro de 1825, o agente diplomático brasileiro em Londres, Ministro Manuel Rodrigues Gameiro Pessoa, comunicou Hurtado a aceitação do convite por parte do imperador brasileiro Dom Pedro I, escrevendo que

A política do Imperador, tão deferente e generosa como é, estará sempre pronta para contribuir para a paz, felicidade e glória da América, e assim que

a negociação relativa ao reconhecimento do Império estiver concluída honrosamente no Rio de Janeiro, enviará um Plenipotenciário ao Congresso para tomar parte nas deliberações de interesse geral, que sejam compatíveis com a estrita neutralidade que guarda entre os estados beligerantes da América e da Espanha (ZUBIETA, 1912).

Apoiando a presença brasileira no Panamá estavam os delegados da América Central, Monsenhor Antonio Larrazabal e Pedro Molina, os plenipotenciários bolivianos José María Mendizábal e Mariano Serrano; e Sanchez Carrión, do Peru. Pessoa descreve a negociação feita com Hurtado em carta para o Ministro Carvalho e Melo:

Em conversação que tive com o Ministro da Colômbia, avancei a proposição de que estando a cidade do Pará (Belém) no ponto mais central da América, e o mais próximo da Europa, era ali que se deveriam instalar os futuros congressos americanos e parece-me que esta ideia deve ser reproduzida no Congresso do Panamá, e que ao menos se deve adotar o princípio de alternar-se o lugar das subsequentes reuniões. (ALEIXO, 1983)

Apoiando a presença brasileira no Panamá estavam os delegados da América Central, Monsenhor Antonio Larrazabal e Pedro Molina, os plenipotenciários bolivianos José:

Em conversação que tive com o Ministro da Colômbia, avancei a proposição de que estando a cidade do Pará (Belém) no ponto mais central da América, e o mais próximo da Europa, era ali que se deveriam instalar os futuros congressos americanos e parece-me que esta ideia deve ser reproduzida no Congresso do Panamá, e que ao menos se deve adotar o princípio de alternar-se o lugar das subsequentes reuniões. (ALEIXO, 1983)

É importante frisar a importância que a Grã-Bretanha teve tanto para que o convite fosse feito ao Brasil quanto para a aceitação do convite (CASTILLERO, 1995). O apoio de Londres era importante para a consolidação das novas nações na América, ameaçadas pela Santa Aliança. Londres considerava fundamental a participação do Brasil vista sua posição central dentro do continente e sua extensão territorial (ALEIXO, 2000). Isso fica explícito na transcrição da correspondência

oficial entre Manuel José Hurtado, Ministro Plenipotenciário da Colômbia e George Canning, no dia 7 de novembro de 1825, “Canning me disse que a Grã-Bretanha faria uso de toda sua influência com o Imperador para decidi-lo a este passo” (ALEIXO, 1983).

Assim, Theodoro José Biancardi foi nomeado como representante brasileiro Congresso do Panamá. Porém, não chegou ao Congresso, e sobre essa questão existem três especulações. A primeira delas diz respeito ao fato de que manifestações a favor do sistema republicano ocorreriam durante o Congresso, e isso talvez tenha contribuído para que o Império não tenha se empenhado no envio de seu representante (GUIMARÃES, 1938). A segunda diz respeito às hostilidades militares entre Argentina e Brasil. Este último, sabendo do não envio de representante argentino, teria decidido também não enviar o seu. Era claro o esforço do Império em evitar discussão sobre hostilidades com a Argentina dentro do Congresso (CUEVAS CANCINO, 1955). Já a última especulação sobre o assunto leva em consideração a distância e a dificuldade de viajar naquela época. Há notícias de que Theodoro tenha interrompido sua viagem em Salvador, Bahia, e que tenha adoecido nessa mesma cidade (CALMON, 1971).

Entretanto, é apenas em janeiro de 1829, dois anos após a convocação dos participantes do Congresso do Panamá, que D. Pedro I designa o Ministro de Bogotá para ser o representante brasileiro no próximo Congresso de Tacubaya, no México. Por conta da dificuldade de locomoção, o Ministro só chegaria ao fim da conferência (SANTOS, 2002). Evidencia-se que a política do Império para as repúblicas do Pacífico no Primeiro Reinado foi meramente reativa (SANTOS, 2002).

A política brasileira nesse primeiro momento após a independência se posiciona com pouca intensidade frente às nascentes repúblicas latinas. Por causa do interesse em evitar a formação de uma frente antibrasileira entre seus vizinhos, D. Pedro adota uma política mais amena, na qual busca salientar seu apoio à integração proposta por Bolívar, mas sem um comprometimento maior do governo brasileiro.

INICIATIVAS PARA O AVANÇO DO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO BOLIVARIANO

A fonte mais importante para a política bolivariana foi a influência das antigas cidades-Estados da Grécia,

da qual deriva o termo “liga anfictiônica” - que se refere ao termo “anfictiões”, nome dado a cada um dos Estados confederados da antiga Grécia - o qual Bolívar utilizou para se referir à Conferência do Panamá.

Frente à realidade política da América Hispânica, Bolívar sentiu a necessidade de unir a região. A Espanha preferia tratar a América Espanhola como sendo um conjunto de reinos, ligados entre si apenas pelo Rei e pela burocracia espanhola. Em vistas disso, fazia-se necessário o desenvolvimento de tais nações, mesmo que de forma independente uma da outra. Entretanto, Bolívar temia que essa forma de desenvolvimento pudesse enfraquecer a independência desse coletivo e, por isso, criticou o sistema federativo através do Manifesto de Cartagena, em 1812.

Bolívar resume suas ideias sobre a independência da América Latina analisando o futuro do Novo Mundo na Carta da Jamaica (1815) (DE LA REZA, 2013).

É uma ideia grandiosa tentar formar o todo do Novo Mundo em uma única nação com uma única coisa ligando suas partes entre todos e cada um. Como ela tem uma origem, uma língua, uma série de costumes e uma religião, deveria, portanto, ter um único governo que confedera os diferentes estados que foram formados; mais do que isso é impossível, porque climas remotos, situações diversas, interesses opostos, e personagens diferentes dividem a América. Que bonito seria o istmo do Panamá se fosse para nós o que o de Corinto foi para os gregos! Vamos torcer para que algum dia tenhamos a sorte de sermos capazes de estabelecer ali um congresso próspero dos representantes das repúblicas, reinos e impérios para tentar discutir as grandes questões de guerra e paz com os povos das outras partes do mundo (CARTA DA JAMAICA 1815, tradução nossa).

Dessa forma, Bolívar traz à tona a possibilidade de uma América Hispânica republicana que pode vir a se tornar um corpo político único, qual seja, a de uma confederação representando a formação de uma verdadeira liga americana.

[...] Esta confederação não deve ser formada simplesmente nos princípios de uma aliança comum de ataque e defesa: deve ser muito mais do que aquilo que foi recentemente formado na Europa contra as liberdades dos povos. É necessário para

a nossa que seja uma irmandade de nações, separadas por agora e exercendo sua soberania através do curso dos acontecimentos humanos, mas unidas, fortes e poderosas o suficiente para se sustentarem contra a agressão de uma potência estrangeira. É essencial que se exorte incessantemente a necessidade que existe agora para estabelecer as bases de um Corpo Anfictiônico ou Assembleia de plenipotenciários que irá promover os interesses comuns dos estados Americanos, para anular a discórdia que possa surgir no futuro entre os povos que têm os mesmos costumes e hábitos e a falta de tal abençoada instituição que pode talvez excitar as guerras malfadadas que assolaram outras regiões menos favorecidas. (CADENA COPETE 1878, tradução nossa).

A fim de estabelecer a fundação para o Congresso do Panamá, Bolívar firmou Tratados de União com os futuros membros plenipotenciários do Congresso: com Peru e Chile, em 1822; com México, Grã-Colômbia e Federação da América Central, em 1823. Todos esses tratados tinham em comum três artigos que definiram as características do futuro Congresso do Panamá. Para os participantes da época, não havia dúvidas de que o Congresso do Panamá era uma consequência dos tratados bilaterais estabelecidos por Bolívar (RESTREPO, 1827). São os três artigos: 1) estreitar as relações para unir ambos Estados no futuro e resolver as eventuais dificuldades que possam interromper de alguma forma a sua boa correspondência e harmonia, uma assembleia será formada composta por dois plenipotenciários para cada um; 2) ambas as partes são obrigadas a apresentar seus bons ofícios junto aos governos dos outros Estados da América - previamente América Espanhola - para celebrar esse pacto de união, liga e confederação perpétua; 3) depois que esse grande objeto for obtido, uma assembleia geral dos Estados Americanos, composta de plenipotenciários se reunirá, com o dever de estabelecer de uma forma mais sólida e estável as relações íntimas que devem existir entre todos e que lhes sirva como conselheiro nos grandes conflitos, como ponto de contato em perigos comuns, como fiel intérprete de seus tratados públicos e como juiz, árbitro e conciliador em suas disputas e diferenças (AHS-REM, 1825, tradução nossa).

Participaram do Congresso do Panamá os delegados do Peru, da Grã-Colômbia, do México e da Centro América. Como observadores estavam a Grã-Bretanha e a Holanda. Argentina, Bolívia, Brasil, Chile e EUA designaram representantes, mas por diferentes motivos eles não chegaram.

O Peru foi o primeiro país a designar e enviar seus representantes ao Congresso: Don Vidaurre e Don Tudela. Já os representantes da Grã-Colômbia foram Don Pedro Gual e General Méndez. Os delegados do México foram Don Manso e Don Michelena. Representando as Províncias Unidas do Centro da América, Don Molina e Don Larrazábal. Dawkins foi representante da Grã-Bretanha e teve como missão testemunhar as conferências. A política desse último país era orientada para propósitos práticos: impedir a formação de uma Liga geral dirigida pelos Estados Unidos e se opor às campanhas militares do México e da Colômbia sobre Cuba (BELAUNDE, 1959).

O delegado da Grã-Colômbia tinha as seguintes instruções, as quais foram escritas por Bolívar: 1) reforçar a independência das novas nações e a paz firme através do reconhecimento pela Espanha da nova situação; 2) segurança quanto à ordem interna e não intervenção, a não ser para garantir a ordem e a proteção de qualquer ataque das facções anárquicas; 3) igualdade jurídica de todos os Estados americanos; 4) estatuto que definiria as relações entre as nações mediante um Congresso Plenipotenciário geral e permanente e 5) a reforma social, sob os auspícios da liberdade e da paz (NORIEGA, 1976).

Fitzgerald (1971) afirma que o Congresso do Panamá deixou um legado para o mundo, tendo como resultado dez consequências: 1) o Novo Mundo passaria a ser constituído por nações independentes, ligadas entre si pelo conjunto de leis comuns que governam suas relações exteriores e permitem a elas o direito de sobreviver a um congresso geral e permanente; 2) a existência desses novos estados seria garantida; 3) em consideração à Inglaterra, a Espanha faria paz, e a Santa Aliança garantiria o reconhecimento dessas novas nações; 4) o controle doméstico seria preservado intacto entre os Estados e dentro de cada um deles; 5) nenhum deles seria mais fraco do que o outro, nem qualquer seria mais forte; 6) um equilíbrio perfeito seria estabelecido por esta nova ordem das coisas; 7) o poder de todos viria em auxílio de qualquer Estado que estivesse sofrendo nas mãos de um inimigo externo ou nas mãos de facções anárquicas internas; 8) diferenças de origem

e cor perderiam a sua influência e poder; 9) a América não teria mais motivos para temer o monstro que devorou a ilha de Santo Domingo e nem teria motivos para temer a preponderância numérica dos aborígenes e 10) em suma, uma reforma social seria alcançada sob os auspícios abençoados da liberdade e da paz, mas o fulcro controlador do feixe das escalas deve, necessariamente, estar nas mãos da Inglaterra.

Da mesma forma, Bolívar (1826) enumera outros sete benefícios do Congresso do Panamá, sendo esses auferidos à Grã-Bretanha: 1) sua influência na Europa iria aumentar progressivamente, e suas decisões seriam como as do destino em si; 2) a América iria servi-la como um domínio opulento de comércio; 3) América se tornaria o centro das relações da Inglaterra com a Ásia e Europa; 4) súditos britânicos na América seriam considerados iguais aos cidadãos americanos; 5) com o tempo, as relações entre Inglaterra e América se tornariam como aquelas entre iguais; 6) características e costumes britânicos seriam adotados pelos americanos como padrões para o seu modo de viver futuro e 7) no decorrer dos séculos, pode ser, talvez, que venha a existir uma única nação em todo o mundo - uma nação federal.

Não havia motivos para acreditar que a Grã-Bretanha iria dominar o Congresso, pois ficaram claros os benefícios que a América adquiriria com a presença deste país no Panamá. A presença britânica aumentaria o prestígio e a respeitabilidade do evento. Ela serviria como um “guarda-chuva” que protegeria o Congresso para que ele cresça e que, no futuro, pudesse tomar seu lugar entre as nações civilizadas mais fortes.

Assim, o Congresso do Panamá começou em 22 de junho e se estendeu até 15 de julho de 1826, no qual se estabeleceram ao todo dez conferências - após terem ocorrido reuniões informais - durante as quais foi escrito e aprovado o regulamento interno que guiaria as deliberações. Entretanto, por conta da falta de adesão dos países Latinos, Bolívar considera o Congresso um fracasso. Todavia, ele teve muita importância, principalmente por ser a primeira tentativa de união em um objetivo comum na América Latina. Além disso, ele inspirou mais tarde o sistema interamericano e mundial do século XX. Segundo Aleixo (1983), Woodrow Wilson se inspira em Bolívar para publicar o projeto de sociedade das nações, bem como inspira o artigo 10 da Liga das Nações ao falar da independência política e integridade territorial dos Estados. Muitos dos artigos designados nesse momento se parecem com alguns da

Organização dos Estados Americanos (OEA), como por exemplo, a reunião a cada dois anos em tempo de paz e anualmente em tempos de guerra. Mas diferentemente do Congresso de Washington, em que predomina o interesse comercial, o Congresso de Bolívar tinha interesse pela organização e caráter político. Assim, apesar do Congresso não ter atingido seus objetivos na perspectiva de Bolívar, ele é tido como um dos precursores da Organização dos Estados Americanos, da Liga das Nações e das Nações Unidas.

QUEDA DO PROJETO DE INTEGRAÇÃO, CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS

No Congresso do Panamá, foram assinados quatro acordos: 1) um Tratado de União, Liga e Confederação Perpétua; 2) a Convenção sobre Contingentes; 3) o Acordo Confidencial Relativo aos Contingentes; 4) o Acordo para transladar a Assembleia para Tacubaya, perto da cidade do México, onde se reuniria periodicamente.

Entretanto, compareceram apenas quatro países, e nenhum deles, além da Grã-Colômbia, ratificou as decisões tomadas - isso levou Bolívar a afirmar que o Congresso foi um fracasso. Quando Bolívar percebeu que seu ideal de uma só nação na América Espanhola não era viável, ele focou em garantir a existência da Grã-Colômbia. Sabendo que Peru e Bolívia poderiam ser persuadidos a participar federalmente da Colômbia, visto que tiveram êxito em suas independências graças a ela, Bolívar passou a acreditar que uma união (a Federação Andina) seria mais importante do que um sistema unitário.

Uma vez conquistada a independência dos países latinos, o enfraquecimento da Santa Aliança e a percepção de que o Brasil não era mais uma ameaça, fizeram com que desaparecesse o inimigo externo comum entre as repúblicas latinas. Isso acabou evidenciando as fissuras da unidade política das jovens repúblicas, levando a uma fragmentação e a uma disputa pelo poder que acabaram dissolvendo os princípios do Congresso do Panamá.

Em janeiro de 1828, o Peru derrubou o governo bolivariano, o que gerou uma grande tensão na Grã-Colômbia, que passou a disputar pelo território hoje conhecido como Equador (Audiência de Quito, na época). Nesse contexto, o Peru buscou auxílio das Províncias Unidas (Uruguai), que passavam por uma guerra de independência com o Brasil. No intuito de

pressionar o Império, o Peru desfaz suas relações com o Brasil até que ele reconhecesse a independência das Províncias Unidas (SANTOS, 2002).

Aproveitando tal situação, Bolívar busca uma aliança com o Império contra o Peru e também no reconhecimento espanhol da independência da Grã-Colômbia. Em resposta, no ano de 1829, o Brasil enviou Duarte de Ponte Ribeiro, ao Peru, e Luiz Souza Dias, à Grã-Colômbia, a fim de negociar tratados de comércio e navegação, mantendo-se neutro nas disputas dos dois países. Entretanto, nesse momento, não era de interesse do Brasil discutir questões territoriais, tampouco tocar nas questões da Cisplatina, apenas queria estabelecer relações harmoniosas com ambos os países.

Em cartas enviadas ao imperador, os dois representantes brasileiros deixam evidente sua percepção sobre a instabilidade interna de ambos os países. Para eles, os dois países não representavam um perigo ao governo brasileiro, mas desaconselhavam a realização de tratados, uma vez que a instabilidade política era demasiada. “Nesse momento, as relações entre Peru e a Colômbia se desgastaram ao ponto de os dois países entrarem em guerra durante o período de agosto de 1828 e junho de 1829” (SANTOS, 2002). Tal conflito por fim, resultou na independência do Equador.

Dessa forma, o fim das guerras de independência na América Latina, em 1825, não trouxe a paz, tampouco a integração econômica almejada por Bolívar. Pelo contrário, após o desaparecimento do “inimigo comum externo”, começariam as guerras entre Brasil e as Províncias Unidas do Rio Prata e entre a Grã-Colômbia e o Peru, que resultaram na independência do Uruguai e Equador, respectivamente (SANTOS, 2002).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diferentemente dos EUA, a América Latina passou por um processo de independência mais conturbado. Contando com pouca ajuda externa e com a percepção de perigo frente ao Brasil, tal conjuntura levou Simón Bolívar a formular uma tentativa de integração Latino-Americana que permitisse a união de forças para alcançar a independência. Na percepção da elite *criolla*, a independência traria a tão desejada reforma política. Nessa perspectiva, é criado o conceito do Congresso do Panamá (1826), que visava ser uma espécie de fórum capaz de unificar a tomada de decisão na América Latina.

Contudo, ao final de sua realização, o desaparecimento de um inimigo comum externo a esses países fez com que houvesse uma desagregação das elites políticas. Dessa forma, a percepção do Brasil sobre tal processo e a percepção dos outros países latinos sobre a participação brasileira no projeto de Bolívar foram abordadas ao longo desse artigo.

É inevitável perceber que as diferenças de idioma, cultura e estrutura social distanciavam largamente o Brasil de seus vizinhos, mas que ele reagiu ao convite para a participação do projeto de Bolívar de forma cautelosa. Afirmado que era necessário estabelecer relações mútuas de amizade e de comércio para evitar distensões com seus vizinhos, o Brasil buscou não se distanciar completamente da tomada de decisão regional. Agindo de forma reativa, não se comprometeu com tal projeto, uma vez que seus objetivos estavam mais voltados a problemas internos.

Mesmo assim, o Brasil se coloca em posição de destaque ao se propor a sediar o Congresso em uma cidade brasileira. O Império argumentou que Belém era o ponto mais central da América e ao mesmo tempo o mais próximo da Europa, o que pode claramente significar uma preocupação do governo imperial em se fazer presente nas decisões políticas latino-americanas. Contudo, tendo em vista que o objetivo do Congresso era de libertar a América Hispânica de pretensões coloniais, os argumentos brasileiros foram fracos em relação à grande influência europeia em seu processo decisório. Foi adotada, então, a definição de Bolívar, escolhendo o Istmo do Panamá, que, no seu ponto de vista, era o “centro do mundo”, de onde irradiaria o ideal anticolonial, bem como o ideal integracionista por ser o ponto de união do Oceano Atlântico e Pacífico.

Apesar do Congresso não ter atingido seus objetivos, segundo a perspectiva de Bolívar, ele deixou seus legados. Os fundamentos para estabelecer uma ordem universal com base no Direito Internacional Público surgiram como fruto da diplomacia bolivariana, e tem como um de seus objetivos principais o fortalecimento do trato igual entre nações grandes e pequenas (MARTÍNEZ, 1991). Além disso, o Congresso Anfictiônico é tido como um dos precursores da Organização dos Estados Americanos, da Liga das Nações e das Nações Unidas.

No aspecto brasileiro, podemos dizer que a tentativa de integração de Simón Bolívar não foi percebida como uma prioridade do governo imperial. Entretanto, essa

tentativa passa a ser amplamente revisada nos séculos XX e XXI, quando há um amplo esforço brasileiro de aproximação com a América Hispânica, e, por isso, o estudo aprofundado dessa primeira ideia de união latino-americana se faz necessário, visto que é um exemplo para a tentativa brasileira posterior, o Mercosul.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AHSREM, L.E. **Treaty of Union, League and Perpetual Confederation between Colombia and Mexico**. 1825.

ALEIXO, J.C.B. **O Brasil e o congresso anfictiônico do Panamá**. Brasília: FUNAG, 2000.

ARQUIVO DIPLOMÁTICO DA INDEPENDÊNCIA. **Edição facsimilada da edição de 1922**. 280-1. Vol. II. Brasil: Ministério das Relações Exteriores, 1972.

BELAUNDE, Victor Andres. **Bolívar y elpensamiento político del a revolución hispanoamericana**. Madrid: Ediciones Cultura Hispanica, 1959.

BOLÍVAR, Simón. **Cartas del Libertador**. Caracas: Banco de Venezuela – Fundación Vicente Lecuna, 1964.

BOLÍVAR, Simón. **Reply of a South American to a gentleman of this island [Jamaica], 1815**. <http://faculty.smu.edu/bakewell/BAKEWELL/texts/jamaica-letter.html> (Acesso 02 jun 2014).

BOLÍVAR, Simón. **Un pensamiento sobre El Congreso de Panamá**. Washington: Lecuna, 1916.

BRUIT, H.H. (Org.) **Estado e burguesia na América Latina**. São Paulo: Ícone, 1985.

CADENA, Pedro Ignacio Copete. **Anales Diplomáticos de Colombia**. Government Edition, Bogotá: Imprenta de Manuel de J. Barrera, 1878.

CALMON, Pedro. **História do Brasil**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1971: 1551-1552.

CASTILLERO, Ernesto J. **Bolívar en Panamá. Génesis y realidad del Pacto Americano**. Panamá, 1995: 37.

- CASTRO, M.W. de. **O libertador: a vida de Simón Bolívar**. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.
- CERVO, A.L., e Dopcke, W. (Org.). **Relações internacionais dos países americanos**. Brasília: Linha Gráfica, 1994.
- CUEVA, A. **O desenvolvimento do capitalismo na América Latina**. São Paulo: Global, 1983.
- CUEVAS CANCINO, Francisco. **Del Congreso de Panamá a la Conferencia de Caracas, 1826 a 1954**. Caracas: Ragon, 1955: 96-97.
- DE LA REZA, Germán. **The formative platform of the Congress of Panama (1810-1826): the Pan-American conjecture revisited**. Revista Brasileira de Política Internacional, 2013.
- FITZGERALD, Gerald. **The Political Thought of Bolívar**. Martinus Nijhoff, 1971.
- GUIMARÃES, A. **Dicionário Bio-bibliográfico Brasileiro de Diplomacia, Política Externa e Direito Internacional**, Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1938: 71.
- KAPLAN, M. **Formação do estado nacional na América Latina**. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974.
- LOBO, Fernando. **El Brasil, Bolívar y El Panamericanismo**. Venezuela: Caracas, 1952: 5.
- MARTÍNEZ, G. V. **Bolívar y El Poder: Orígenes de la Revolución en las Repúblicas entecas de América**. México: Universidade Nacional Autónoma de México, 1991.
- NORIEGA, Luis Carlos. **Bolívar y sudocrina: Soberanía y Anfictionía**. Cidade do Panamá: Imprensa ERLY, 1976.
- OVANDO, J.A. **La invasión brasileña a Bolivia en 1825 (una de las causas del Congreso de Panamá)**. La Paz: Isla, 1977.
- PRADO, M.L.C. **América Latina no século XIX: tramas, telas e textos**. São Paulo. Edusp, 1999.
- PROTOCOLOS DO CONGRESSO DO PANAMÁ. In **Colectión de Ensayos y Documentos relativos a la Unión y Confederación de los Pueblos Hispano-Americanos**. Santiago, Imprensa Chilena, 1862. <http://www.memoriachilena.cl/archivos2/pdfs/MC0004464.pdf>. (Acesso 01 jun 2014).
- QUESADA, V. **História diplomática latino-americana**. Buenos Aires: Cultura Argentina, 1920.
- RESTREPO, José Manuel. **Esposición que el Secretario de estado en el Despacho de Relaciones Exteriores de la República de Colombia hace al Congreso de 1827**. Bogota: Imprensa de Pedro Cubides.
- SANTOS, L.C.V.G. **A política do império brasileiro para as repúblicas do Pacífico (Chile, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia) - 1822/1889**. Brasília, 1990. Dissertação (Mestrado) - Departamento de História, Universidade de Brasília.
- SANTOS, L.C.V.G. **O Império e as repúblicas do pacífico: as relações do Brasil com Chile, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia (1822-1889)**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2002.
- _____. **O Brasil entre a América e a Europa: o Império e o interamericanismo (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington)**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- SANTOS, L.C.V.G. e Brancato, S.M. e Menezes, A.M. F. e Kothe, M.G. (Org.). **O Império brasileiro entre a América e a Europa**. In Simpósio Internacional: Estados Americanos: Relações Continentais E Intercontinentais - 500 Anos De História, 3., 2000, Porto Alegre: Ed. Ipuç, 2000: 63-73.
- SILVA, Geraldo Eulálio do Nascimento e Ferreira, Arthur César Reis. **"Primeiras Manifestações Panamericanistas do Brasil"**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, abr/jun 1952: 168-182.
- ZUBIETA, Pedro A. **Congreso de Panamá y Tacubaya**. Bogotá: Imprensa Nacional, 1912: 35.

“A COBRA VAI FUMAR”: A PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

“A COBRA VAI FUMAR”: THE BRAZILIAN
PARTICIPATION IN THE SECOND WORLD WAR

Artur Faleiro Naiditch¹

RESUMO

Este artigo tem como finalidade compreender a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, a partir da atuação da Força Expedicionária Brasileira. Deste modo, trata-se de avaliar como esse envolvimento na guerra afetou a posição brasileira no Sistema Internacional e a sua própria sociedade, principalmente nas áreas econômica e política. Para alcançar esse intento, foram realizadas pesquisas bibliográficas em livros e artigos. Constatou-se, através das pesquisas realizadas, que a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial modificou totalmente a política interna e a externa brasileira, com o fim do Estado Novo e o início da projeção internacional do Brasil, principalmente na América Latina.

PALAVRAS-CHAVE: Segunda Guerra Mundial; FEB; Política Externa Brasileira.

ABSTRACT

This article aims to understand the Brazilian participation in the Second World War, concerning the performance of the Brazilian Expeditionary Force. Thereby, it intends to assess such involvement in the war affected the Brazilian position in the International System and in its own society, especially in the Economic and Political areas. In order to achieve this purpose, literature searches were performed in books and articles. It was found, through the conducted research, that the Brazilian participation in the Second World War completely changed the Brazilian's domestic and foreign policy, ending the “Estado Novo” as well as starting the international projection of Brazil, mainly in the Latin America.

KEYWORDS: Second World War; BEF; Brazilian Foreign Policy.

¹ Estudante de graduação em Relações Internacionais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).
Email: carolinechagasdeassis@gmail.com

INTRODUÇÃO

A Segunda Guerra Mundial, iniciada em setembro de 1939, foi a maior catástrofe provocada pelo homem em toda a sua longa história. Envolveu setenta e duas nações, dentre elas o Brasil, e foi travada em todos os continentes, de forma direta ou indireta, podendo, assim, ser considerada a experiência histórica mais próxima de um conflito militar total e global. Essa participação brasileira mudou o desenrolar da batalha na Itália, além de afetar, também, internamente o Brasil, que teve de adaptar suas políticas interna e externa, assim como os seus parceiros econômicos. Desta forma, o artigo busca compreender de que forma o Brasil, com a sua participação direta, afetou o curso da guerra e como ela afetou a sociedade brasileira, mudando suas políticas econômicas e suas políticas interna e externa.

Para tanto, entender a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial é fundamental, pois não é algo muito conhecido entre os brasileiros, mesmo tendo sido importante para a consolidação do país. O envolvimento brasileiro na guerra ajudou fortemente na ampliação do poder do Brasil no sistema internacional, na economia brasileira, com o desenvolvimento da indústria através da construção da primeira siderúrgica no país, e nas mudanças políticas ocorridas no pós-guerra. Isso resultou em diversas novas oportunidades econômicas e políticas para o Brasil.

A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial ocorreu em 1942, após atos de guerra da marinha alemã, que bombardeava navios cargueiros brasileiros, justificando tais ações como retaliação ao Brasil pelo corte das relações diplomáticas. A princípio, porém, a posição brasileira foi de neutralidade e de negociações econômicas com os Estados Unidos e com a Alemanha. Porém, depois de frequentes ataques a navios brasileiros por parte da marinha alemã, Getúlio Vargas, então Presidente da República brasileira, decidiu entrar em acordo com o presidente norte-americano, Franklin Roosevelt, para a participação do país na guerra, o que resultou no envio de militares brasileiros à Itália, em julho de 1944.

O Brasil foi importante para a libertação da Itália, que, na época, ainda estava parcialmente nas mãos do exército alemão. A atuação brasileira foi importante principalmente na batalha de Monte Castello, em que houve muitas baixas entre os brasileiros. Outro pon-

to foi a cessão de bases navais e aéreas no território do Nordeste brasileiro. Além disso, a guerra também teve uma grande importância para a economia e para as políticas interna e externa brasileira no pós e no pré-guerra, além de consolidar a influência brasileira na América Latina.

Por conseguinte, para compreender a participação do Brasil na Segunda Guerra e os reflexos que isso trouxe à sociedade brasileira, o artigo foi dividido em três partes. Na primeira parte, enfoca-se o período pré-guerra, em que analisar-se-á a “luta” entre Alemanha e Estados Unidos pelo apoio brasileiro através de disputas comerciais e políticas. Na segunda parte, é demonstrada a efetiva participação brasileira na guerra, com a preparação e o envio de tropas e as batalhas em que houve participação do Brasil. Por fim, aborda-se o período pós-guerra, em que se procura analisar a sociedade brasileira depois da guerra e a participação do Brasil em organizações internacionais.

A “LUTA” PELA ALIANÇA BRASILEIRA NO PRÉ-SEGUNDA GUERRA

A década de 1930 demarcou para a sociedade da época a falência dos ideais liberais, representados então pela crise de 1929 e pela Grande Depressão. Essa crise, a maior até hoje no modo capitalista de produção, causada na maior potência da época, os Estados Unidos, afetou rapidamente o mundo inteiro deixando milhões de pessoas desempregas e atestando a falência da utopia liberal e da sua forma de gerir a política interna e externa de um país. O resultado da Grande Depressão na área política foi a ascensão de Estados mais intervencionistas com ideais ultranacionalistas, como foi o caso do Japão e da Alemanha, em 1931 e 1933, podendo-se afirmar que o nazismo alemão é fruto da Grande Depressão (HOBSBAWM, 1995).

A Alemanha nazista chegou ao poder tentando provar de todas as maneiras que as ideias liberais estavam ultrapassadas e que uma grande potência deveria ser autárquica, ou seja, autossuficiente. Para essa ideia funcionar, Hitler teria de transformar a Alemanha em uma potência mundial, com uma zona de influência definida na Europa, chamada de espaço vital alemão, de modo a garantir a autonomia do Estado em recursos naturais e a sua independência econômica, resultando, assim, em uma medida a ser adotada em longo

prazo. No curto prazo, contudo, o país precisava de um mercado internacional para vender seus produtos manufaturados e, principalmente, comprar matérias-primas, necessitando, assim, de parceiros comerciais para garantir o acesso às suas necessidades de matérias-primas e a execução dos planos em longo prazo. Com os apertos da França e do Reino Unido sobre as suas colônias e protetorados e a crise econômica em que a Alemanha se encontrava, dificultava para os alemães conseguirem suprir suas necessidades. Dessa forma, foi criado o marco de compensação, que seria uma moeda de troca, baseada na ideia de produtos por produtos, os quais teriam valores semelhantes. Isso significava também que o país teria de buscar novos parceiros na Europa Oriental, Balcãs e América do Sul, onde o Brasil destacar-se-ia como principal parceiro até a guerra (ALVES, 2002).

Os Estados Unidos, por sua vez, principal afetado da grave crise econômica mundial da década de 1930, continuou com a sua política econômica protecionista, tendo como principal mercado consumidor, o próprio país. As ideias políticas dos norte-americanos no Brasil eram a o longo prazo, devido à grande complexidade dos ideais. Essas ideias eram de fazer o Brasil aderir aos princípios liberais no comércio internacional, devido à influência brasileira na América Latina e de constituir uma aliança, que vinham de um velho interesse norte-americano em criar uma zona de influência nas Américas (ALVES, 2002).

O Brasil, porém, encontrava-se em um regime autoritário comandado por Getúlio Vargas, que tinha como principais interesses implementar no governo três ideais: a centralização do poder do Estado, o nacionalismo e o anticomunismo. Tendo como intenção tirar o Brasil da mão dos pecuaristas e cafeicultores, Vargas instituiu, no ano de 1937, o Estado Novo (1937-1945), que tinha como plano principal, firmar-se como uma potência regional na América Latina através da modernização da indústria, de obras públicas e de reformas constitucionais e nas leis trabalhistas. Para Vargas, o objetivo principal do Brasil deveria ser o de atingir uma maior autonomia industrial, pois o país se encontrava dependente do mercado internacional para suprir as suas necessidades de fontes energéticas, bens de capital e de consumo para, assim, também conseguir colocar efetivamente em prática a sua ideia de modernizar o exército (BARONE, 2013).

Na área política, o Brasil se aproximava, cada vez mais, dos Estados Unidos, pois as declarações do governo brasileiro defendendo o pan-americanismo e o livre-comércio, além das posições país nas Conferências Pan-americanas, davam aos brasileiros uma maior influência no Sistema Internacional sobre a América Latina. Na área econômica, porém, o governo brasileiro optava por estreitar as relações econômicas com os dois lados, Estados Unidos e Alemanha, tendo como interesse a não dependência de apenas um parceiro comercial e deixando de lado os privilégios políticos para as negociações das suas matérias-primas. Com isso, em meados de 1938, no pré-guerra, fora da Europa, o Brasil era o parceiro comercial mais importante da Alemanha, fazendo assim com que os EUA se incomodassem com a situação. Contudo, essas relações germano-brasileiras eram extremamente benéficas aos brasileiros, pois, através das trocas comerciais, o governo conseguia adquirir os produtos que mais lhe interessavam, os quais eram os armamentos e a proposta de construção de duas siderúrgicas pelos alemães. Vendo essa forte aproximação comercial e a tentativa alemã de se aproximar politicamente do Brasil, o governo norte-americano propõe novos acordos bilaterais de comércio e o comprometimento na construção de uma siderúrgica brasileira, ganhando, assim, a confiança do governo brasileiro (ALVES, 2002).

Com o início da Segunda Guerra por parte dos alemães, ficou evidente o alinhamento brasileiro com os norte-americanos. Deste modo, em meados de julho de 1941, o governo brasileiro libera a utilização de suas bases navais e aéreas no Nordeste pelo exército norte-americano. Vargas, porém, ciente das necessidades brasileiras em materiais bélicos e do desenvolvimento da sua indústria, condiciona a cessão das bases para os Estados Unidos ao suprimento das suas necessidades. Assim, os Estados Unidos convocaram a Reunião dos Chanceleres do Rio de Janeiro, a qual tinha o intuito de fazer com que as repúblicas americanas rompessem relações diplomáticas e comerciais com o Eixo². Desta forma, sabendo das suas necessidades militares e industriais e não estando preparado para as consequências dos rompimentos, o governo de Vargas deixa para o último minuto o anúncio (MASPLÉ, 1989).

Deste modo, vendo as necessidades dos dois países, Brasil e Estados Unidos realizam a assinatura dos Acordos de Washington, os quais tinha como premissa o envio de matérias-primas brasileiras para os EUA

e a abertura militar do Nordeste para os Aliados³; em contrapartida os norte-americanos se comprometiam a investir em uma siderúrgica para o Brasil e a enviar 200 milhões de dólares em armamentos ao exército brasileiro. Essas negociações representaram a importância estratégica do Brasil para a Segunda Guerra (BARONE, 2013).

O rompimento brasileiro com o Eixo resultou nas consequências previstas por Vargas na Reunião dos Chanceleres do Rio de Janeiro. Assim sendo, com o rompimento das relações, o Eixo retaliou o Brasil com ataques aos seus navios mercantes. Em janeiro de 1942, a Marinha Alemã começou as ações no Atlântico Sul afundando dois importantes navios da frota brasileira. Após afundarem 21 navios brasileiros, resultando na morte de mais de 742 pessoas, o Brasil, no dia 22 de agosto de 1942, declarava oficialmente guerra ao Eixo e, assim, entrava de vez na Segunda Guerra Mundial. No discurso oficial de declaração de guerra, realizado no Palácio do Itamaraty, o chanceler Oswaldo Aranha respondia aos anseios do povo por retaliação, quando exclamou:

A situação criada pela Alemanha, praticando atos de beligerância, bárbaros e desumanos contra a nossa navegação pacífica e costeira, impõe uma reação à altura dos processos e métodos por eles empregados contra oficiais, soldados, mulheres, crianças e navios do Brasil. Posso assegurar aos brasileiros que me ouvem, como a todos os brasileiros, que, compelidos pela brutalidade da agressão, oporemos uma reação que há de servir de exemplo para os povos agressores e bárbaros, que violentam a civilização e a vida dos povos pacíficos. (OSWALDO ARANHA, In: BARONE, 2013, p: 24).

Desta forma, a oficialização da guerra contra o Eixo fica clara devido à pressão e ao alinhamento político, econômico e comercial com os Estados Unidos. Além disso, constata-se a grande insistência de Vargas na reestruturação do exército e na sua participação no conflito, que aconteceria em julho de 1944, devido à ajuda norte-americano no fornecimento de materiais necessários para a guerra.

“A COBRA VAI FUMAR”: ENTRADA DO BRASIL NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Apesar de o Brasil ter oficialmente declarado guerra ao Eixo em 1942, suas primeiras tropas só chegariam a solo europeu em julho de 1944, quase no fim da guerra. Após quase dois anos de formação e preparação, juntamente com as tropas Aliadas, a Força Expedicionária Brasileira (FEB) desembarcou, em Nápoles, com 5.800 homens e com imprevistos. Apesar disso, o Brasil se envolveu em diversas operações na Itália, tendo como principal a Monte Castello e Montese.

A criação e a preparação da FEB foram extremamente difíceis para o Brasil, devido à forte pressão dos Aliados, principalmente da Grã-Bretanha, que via como desnecessário o uso de tropas brasileiras na Europa e a falta de contingente, juntamente com a falta de todo tipo de material necessário para a guerra (MOURA, 2012). Apesar disso, a grande necessidade do governo norte-americano em cumprir suas promessas fez com que houvesse a aceitação da FEB por parte dos Aliados e com que o exército americano treinasse e equipasse os brasileiros. Desta forma, ficou definida a participação brasileira juntamente com o exército norte-americano, o qual, por sua vez, contava com uma divisão formada por cerca de 25 mil homens. Vendo toda a dificuldade na criação e na preparação, surgiu um pessimismo entre a população brasileira, resultando em frases usando o lema da FEB: “É mais fácil a cobra fumar do que o Brasil mandar soldados para a guerra” (BARONE, 2013).

O desembarque brasileiro na Itália finalmente ocorreu, em Nápoles, em 16 de julho de 1944, com cerca de 5.800 homens. A chegada brasileira foi um tanto tumultuada devido à desorganização logística da FEB no que dizia respeito aos materiais dos pracinhas⁴, que ficaram desprovidos de alojamentos, alimentação, equipamentos bélicos e uniformes próprios para o clima. Após a solução dos problemas logísticos, a FEB passou por um período de um mês de treinamento em bases Aliadas, sendo incorporado posteriormente ao IV Corpo de Exército Aliado, comandado pelo general norte-americano Mark Clark, do V Exército Americano, que tinha como principal objetivo atingir o norte

² O Eixo era a coalisão da Alemanha, do Japão e da Itália na Segunda Guerra Mundial

³ Os Aliados eram a coalisão dos Estados Unidos, da União Soviética, da Grã-Bretanha e da França.

da Itália para então juntar-se à ofensiva da Frente Ocidental (BARONE, 2013).

A primeira unidade brasileira a entrar em ação foi a 1ª Companhia do 9º Batalhão de Engenharia, estendendo uma ponte sobre o rio Arno, no dia 15 de setembro. Após essa ação inicial, as tropas da FEB entraram de vez na guerra, pois, no dia 18 de setembro, a tomada de Camaione foi a primeira conquista da FEB na guerra, através de um ataque bem coordenado pelo comando da Força que conseguiu desalojar os alemães da localidade, empurrando-os para trás das frentes inimigas. Na sequência, contudo, a tentativa de conquistar mais territórios próximos fez com que houvesse o primeiro revés de batalha da FEB, na localidade de Castelnuovo di Garfagnana, resultando na morte de 30 membros da tropa e em mais de 100 feridos (BARONE, 2013).

Com o excelente resultado da FEB e com a chegada de mais homens com o 3º e o 4º escalões, os brasileiros foram enviados a um novo setor de ação na Itália, perto de Bolonha, considerado o objetivo principal dos Aliados. Desta forma, no dia 24 de novembro, a Task Force 45, um grupo misto de combatentes brasileiros e norte-americanos, realizou o primeiro ataque ao Monte Castello, tendo conseguido chegar ao cume, mas, logo sofreu o contra-ataque que os expulsou. No último semestre de 1944, foram realizados quatro ataques frustrados, porém, em 21 de fevereiro de 1945, entrou em ação o Plano Encore, que finalmente conquistou o Monte Castello. Esse plano consistia em uma maior autonomia nos ataques da FEB, que usou suas divisões para atacar monte acima uma linha de defesa alemã com 20 ninhos de metralhadoras e morteiros, causando muitas baixas entre os brasileiros e o reconhecimento dos oficiais inimigos que alegaram: “depois do soldado alemão, que incontestavelmente é o melhor do mundo, os brasileiros e russos são os melhores que já vi” (EMÍLIO VAROLLI, In: BARONE, 2013, p: 190).

Em decorrência da tomada de Monte Castello, a ameaça alemã diminuía, pois os inimigos batiam em retirada sem forças para contra-atacar, desta forma, os brasileiros, na sequência, conquistaram La Serra, Monte della Vedetta, Castelnuovo e o Soprassasso. Com isso, as forças Aliadas viam os brasileiros de um modo diferente no campo de batalha, confrindo-lhes, assim, missões mais importantes. Assim, os brasileiros participaram da

Ofensiva da Primavera, que começou no dia 14 de abril de 1945, na Operação Craftsman. Nessa operação, houve talvez uma das mais importantes batalhas dos brasileiros na Itália, a tomada de Montese (BRAYNER, 1968). A tomada de Montese demonstrou o ápice operacional das tropas e representou o amadurecimento definitivo da FEB, pois as decisões do General Mascarenhas, de fazer as tropas terem um papel “secundário” e de progredirem pelo setor mais difícil, resultaram na surpresa pelos alemães e na tomada do monte pelos brasileiros, fazendo com que os inimigos recuassem mais, após dois dias de batalha (BARONE, 2013).

Com a retirada dos alemães, os Aliados continuaram a sua missão na Itália, buscando e encurralando os inimigos. Deu-se, assim, a última participação da FEB, quando um esquadrão da Força localizou os inimigos e as divisões terrestres os encurralaram na cidade de Fornovo. Isso, porém, não evitou que os alemães parassem de tentar romper as linhas de bloqueio. Desta forma, para não haver mais batalhas, o coronel brasileiro pede a rendição da divisão alemã, estipulando um prazo de dois dias para a resposta. Depois de algumas tentativas frustradas e de algumas mortes, houve a rendição, ocorrida no dia 28 de abril de 1945, antes do fim da guerra na Itália, no dia 2 de maio, e da guerra na Europa, esta última terminada em 8 de maio. Essa rendição dos alemães aos brasileiros foi vista com muita surpresa pelo Alto-Comando Aliado, pois nunca se havia pensado na possibilidade dos experientes alemães se renderem aos novatos brasileiros, além de ter sido a primeira rendição na Itália, antes da morte de Hitler e do armistício no teatro de operações italiano (BARONE, 2013).

Outro importante grupo brasileiro na Guerra foi o “Senta a Pua!”, o 1º Grupo de Aviação de Caça da Força Aérea Brasileira (FAB), criado especialmente para a Segunda Guerra. A participação desse grupo foi essencial para a tomada de pontos estratégicos e em batalhas da FEB na Itália, como o cerco em Fornovo e as tomadas de Montese e de Monte Castello, além da ajuda na consolidação da região da planície do rio Pó. Esse reconhecimento do Grupo não foi somente brasileiro, pois, em 22 de abril de 1986, ele recebeu, enfim, a *Presidential Unit Citation*, medalha norte-americana. O grupo foi a terceira unidade não americana a ser condecorada com essa medalha durante a Segunda Guerra Mundial (BARONE, 2013).

⁴ Termo referente aos soldados brasileiros que lutaram na Segunda Guerra Mundial.

O FIM DA GUERRA E O INÍCIO DE UMA NOVA ORDEM MUNDIAL

O fim da Segunda Guerra Mundial resultou em uma mudança completa do sistema internacional, com a consolidação de duas grandes potências, Estados Unidos e União Soviética, que marcou o início do período conhecido na história mundial como Guerra Fria, na qual havia a disputa entre o capitalismo (EUA) e o socialismo (URSS). No Brasil, não foi diferente, pois o fim da guerra trouxe diversas mudanças internas e externas, que marcaram a vida da sociedade brasileira e trouxeram uma nova posição para o Brasil no sistema internacional (MOURA, 2012).

Internamente, o Brasil se encontrava em uma situação tensa, pois o país, que havia entrado em uma guerra contra o autoritarismo nazifascista, era ele próprio autoritário. Desta forma, o governo sentia pressões populares pela volta da democracia. Entre os muitos grupos de pressão, o maior naquele momento foi o Manifesto dos Mineiros⁵, o qual, em outubro de 1943, em Minas Gerais, escreveu uma “carta” pedindo o fim da ditadura do Estado Novo, além da volta imediata da democracia. Para frear as pressões populares e políticas, o governo baixou a Lei Constitucional nº 9, que previa a realização de eleições, que mais tarde seriam marcadas 1946. No dia 29 de outubro de 1945, ao mesmo tempo em que a Forças Expedicionárias Brasileiras (FEB) voltavam ao Brasil, Getúlio Vargas é deposto pelo Alto-Comando do Exército – os mesmos militares que o apoiaram no início do Estado Novo. Desta forma, o presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares, assumiu provisoriamente o comando do governo brasileiro. Getúlio, que declarou publicamente entender a deposição, posicionou-se estrategicamente a favor da candidatura de seu ex-ministro da Guerra, General Eurico Gaspar Dutra, eleito presidente em 1946 (BARONE, 2013).

Economicamente, o Brasil passou de um país unicamente de base econômica agroexportadora para um país em industrialização, devido à grande insistência de Getúlio Vargas em abrir uma siderúrgica nacional, além de seus planos militaristas. Um dos saldos muito positivos para o Brasil foi a abertura da siderúrgica nacional, que acarretou o desenvolvimento de indústrias

com base nos minérios como aço e ferro, e no cimento. Apesar desse aumento industrial, o país continuou com a sua base econômica voltada para produtos da base primária, ou seja, agricultura, pecuária e recursos minerais (ALVES, 2002).

Externamente, o Brasil, com o advento do fim da Segunda Guerra Mundial, ganhou uma maior projeção internacional e relevância político-econômica. Nos momentos posteriores ao fim da guerra, ficou claro o peso que os brasileiros tiveram para a libertação da Itália e a ajuda no combate ao nazifascismo alemão na Europa, pois circularam rumores de que as tropas brasileiras na Itália seriam enviadas para o *front* do Pacífico, onde a guerra contra o Japão continuava. Outra possibilidade, talvez mais relevante para a política externa brasileira, seria a de que uma parte do contingente da FEB seria incluída nas tropas de ocupação da Áustria, que seria um meio de colocar o Brasil em uma boa perspectiva na nova ordem mundial. Contudo, o Alto-Comando da Força não aceitou a missão devido ao entendimento de que o custo e o tempo de permanência na Europa já tinham sido muito alto. Além disso, percebe-se uma ideia de Brasil como potência regional na América do Sul, devido ao fato de o país ser o único da região a enviar tropas para a Segunda Guerra (BARONE, 2013).

A partir da ascensão do Brasil como potência regional, a busca brasileira em exercer um papel de destaque no contexto da formação da Organização das Nações Unidas (ONU), após a Segunda Guerra, que teve como intuito a manutenção da paz mundial e a resolução de conflitos interestatais, o país adota um papel de moderador ao longo das ações da organização. Um dos momentos marcantes da participação brasileira na ONU foi durante a votação que determinou a criação do Estado de Israel, em maio de 1948, cujo voto determinante foi dado por Oswaldo Aranha, chefe da delegação do Brasil na ONU. Outro momento foi o envio de tropas brasileiras para as Forças de Paz na resolução do conflito entre Israel e Egito, em Gaza, em 1950. Com o passar do tempo, houve a tentativa brasileira de buscar um papel mais proeminente no espaço da organização, através de um assento permanente do Conselho de Segurança, que acabou não se efetivando (BARONE, 2013).

⁵ Diretrizes do Estado Novo (1937 - 1945) > Manifesto dos Mineiros, Fundação Getúlio Vargas.
Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/QuedaDeVargas/ManifestoDosMineiros>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Segunda Guerra Mundial foi o maior conflito global existente até hoje, envolvendo diversos países, entre eles o Brasil. O envolvimento brasileiro direto na Guerra foi muito curto, aproximadamente um ano, porém as causas da guerra e desse curto envolvimento foram sentidos no pré e pós-guerra.

Existem muitas abordagens sobre a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Há aqueles que acreditam que o envolvimento foi tudo o que o Brasil poderia querer da guerra. Pela outra ótica, no entanto, essa participação foi desnecessária, pois acredita-se que o país supriria as suas necessidades em negociações, além de poupar 475 vidas, se não entrasse na guerra. Desta forma, Buscamos, portanto, entender o que mudou com o envolvimento na guerra e se essas mudanças foram boas para o Brasil.

Foi possível constatar que o Brasil mudou drasticamente devido à sua participação na guerra. Internamente, o Brasil sofreu drásticas mudanças devido à guerra, pois o país, antes e durante a Segunda Guerra, era comandado por um Estado ditatorial com Getúlio Vargas no poder, contudo, posteriormente ao conflito, o Brasil se tornou novamente uma República Democrática tendo as suas eleições em 1946. Desta forma, percebe-se que a população entendeu que era irracional Vargas lutar contra o nazismo, já que os dois países eram autoritários. Isso fez com que, em decorrência do envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial, o povo se rebelasse pela democracia.

Externamente, o país passou de um Estado sem nenhuma relevância no sistema internacional, com suas relações voltadas unicamente para o bilateralismo político com os Estados Unidos, para um país com maior projeção de poder político e econômico na América Latina e uma boa participação em organizações internacionais, deixando um pouco de lado as relações Brasil-EUA. Pode-se afirmar que a participação na Segunda Guerra e os bons resultados obtidos militarmente pelo Brasil deram a ele uma relevância maior no sistema internacional e abriram a política externa do país para um multilateralismo.

Para a sociedade brasileira a maior mudança, além da política, foi a econômica que, no período anterior ao conflito, era basicamente de exportação de matérias-primas para as grandes potências, Alemanha e Estados Unidos. Já a participação do Brasil na Guerra trouxe a

construção da siderúrgica nacional, promovendo a industrialização do país nos setores básicos da indústria. Porém, o advento da industrialização não descartou a importância principal da exportação de produtos primários. Desta forma, constata-se que houve um grande desenvolvimento da sociedade brasileira com o advento da Segunda Guerra Mundial, não somente econômico, mas político também.

Por conseguinte, o envolvimento na Segunda Guerra foi de suma importância para o desenvolvimento do Brasil e da sua relevância no cenário internacional em uma tentativa de se tornar, talvez, no futuro uma potência mundial. Apesar disso, permanece a dúvida de como seria o Brasil, com as suas políticas interna e externa, se o país não tivesse participado ativamente do conflito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Vágner Camilo. **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: História de um Envolvimento Forçado**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2002.

BARONE, João, 1962. **1942: O Brasil e sua guerra quase desconhecida**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013.

BRAYNER, Floriano de Lima. “**A verdade sobre a FEB: memórias de um chefe de Estado-Maior na Campanha da Itália, 1943-1945**”. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1968.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Diretrizes do Estado Novo (1937 - 1945) > Manifesto dos Mineiros**. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/QuedaDeVargas/Manifesto-DosMineiros>.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: O Breve Século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. P.95

MESPLÉ, Antônio de Moraes. **A Política Externa Brasileira numa era de Conflito pela Hegemonia Mundial**. In: Cadernos do IPRI, n.2, 1989.

MOURA, Gerson; PINHEIRO, Letícia; BETHELL, Leslie. **Relações exteriores do Brasil: 1939-1950: mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial**. Brasília: FUNAG, 2012.

ENTREVISTA

BRICS: CENÁRIOS E PERSPECTIVAS

por Fabiano Mielniczuk

Entrevista: João Henrique Salles Jung



Fabiano Mielniczuk, doutor em Relações Internacionais e diretor da Audiplo, fez parte da delegação brasileira que participou do Civil BRICS em 2015. Foto: Divulgação/Civil BRICS

Criado em 2000, os BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – são conhecidos pelo seu potencial econômico, mas eles representam muito mais do que apenas boas opções para os investidores internacionais. Além de representarem um quarto do planeta, os cinco países possuem 40% da população mundial e um PIB cumulativo em torno de 26% do global.

Em um contexto de crise global, o bloco priorizou a agenda econômico-financeira, mas a ideia de construção de uma ordem mundial mais democrática sempre esteve subjacente a ela. Considera-se que, juntos, os BRICS tenham poder para alterar a correlação de forças no sistema internacional, de modo que se construa uma governança global para além dos interesses particulares de uma ou duas grandes potências.

Em entrevista a Revista Novas Fronteiras, o Doutor em Relações Internacionais pela PUC-Rio, Fabiano Mielniczuk, aborda questões que partem desde a relevância da instituição no cenário internacional até a importância da presença brasileira na mesma. Atualmente, Mielniczuk é professor da ESPM-Sul, colaborador do PPGEI/UFRGS e diretor da Audiplo: Educação e Relações Internacionais. Em sua trajetória, já atuou como Coordenador de Pesquisas do BRICS Policy Center, no Rio de Janeiro e foi professor de Relações Internacionais dos programas de pós-graduação e graduação do IRI/PUC.

O que é o BRICs e quais as suas principais pautas?

O Brics é um agrupamento de países que começou a se reunir em termos de Cúpula a partir de 2009 e que tinha, em sua origem, o objetivo principal de reestruturar o funcionamento da governança econômica mundial, com a bandeira de dar mais poder de decisão aos países em desenvolvimento. Com a entrada da África do Sul e com o envolvimento da China e da Rússia em problemas geopolíticos com as potências ocidentais, é possível afirmar que a ampliação de membros foi acompanhada pela ampliação da agenda do grupo, e assuntos de segurança passaram a ter bastante importância nas declarações dos encontros de cúpula.

Qual a importância de um grupo como o BRICs na atual conjuntura internacional?

Os Brics pretenderam democratizar a ordem internacional, que esteve sob influência do momento unipolar norte-americano dos anos 1990 ao início do século XXI. Por isso, o agrupamento defendeu as reformas do sistema de quotas no FMI e no BM, e a necessidade de se respeitarem as decisões do CS em relação a situações de ameaça à paz e à segurança internacional. Graças a articulações envolvendo os Brics, organizações multilaterais fundamentais para as RI passaram a ser comandadas por representantes de países em desenvolvimento, tais como a FAO, a WIPO, a WTO, entre outras. Nessas organizações, cresce o compromisso com a necessidade de democratizar os mecanismos multilaterais e de atender às expectativas dos países mais pobres.

O BRICs pode ser percebido como um grupo contra-hegemônico?

Do ponto de vista econômico, sim. Militarmente, não. Em termos econômicos, os Brics avançaram muito em função do consenso de que a economia liberal defendida pelos representantes do FMI e do BM mundialmente, a partir dos anos 1990, trouxe mais problemas do que soluções aos países em desenvolvimento. Isso foi verdadeiro de modo muito traumático

para as aberturas econômicas promovidas pelo Brasil e pela Rússia nos anos 1990. Para piorar as coisas, o momento unipolar não permitia contestação ao ideário liberal, em função da concentração de poder econômico e militar nas mãos da OTAN. Portanto, os Brics promovem uma agenda de desenvolvimento econômico e multipolaridade, pois só em um ambiente multipolar há espaço para contestação das ideias dominantes. Isso ocorre com a ênfase dada pela China ao seu projeto de ter uma economia de mercado administrada pelo Estado ou, no caso da Rússia, do papel das estatais na promoção do desenvolvimento econômico.

Militarmente, os Brics são bastante diferentes para se constituírem como uma aliança militar capaz de se contrapor à OTAN. Acho que essa função será desempenhada cada vez mais pela OCX.

“O BRASIL FOI UM DOS PRINCIPAIS PROTAGONISTAS PARA A CRIAÇÃO DOS BRICS, MAS A PARTIR DO GOVERNO DILMA O PAÍS PASSOU A SER CADA VEZ MAIS UM COADJUVANTE.

O senhor poderia nos falar um pouco mais sobre o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD)?

É um projeto que começou a ser debatido em 2012, foi oficializado em 2014 e começa a funcionar em 2016. Trata-se de um banco que financia projetos de infraestrutura e de desenvolvimento sustentável para países em desenvolvimento. A grande vantagem é a de que não serão impostas condicionalidades políticas aos tomadores de empréstimo. Por exemplo, o FMI ou o BM, quando emprestam dinheiro, exigem que os países que recebem os recursos ofereçam contrapartidas para demonstrar sua aceitação de alguns princípios promovidos por essas organizações (por

exemplo, abertura das economias ao capital privado estrangeiro, redução dos gastos estatais, etc.). Percebe-se que, além de emprestarem, essas instituições promovem valores associados ao liberalismo, os quais favorecem bastante os interesses econômicos dos países desenvolvidos. O desenvolvimento, para os Brics, pode ser alcançado de inúmeras formas, cabendo aos países recebedores definir a maneira mais adequada à sua realidade.

Qual é o papel do Brasil dentro do grupo? O senhor crê que há uma equidade interna no bloco ou que a China possui, de fato, um maior poder de decisão?

O Brasil foi um dos principais protagonistas para a criação dos Brics, mas a partir do Governo Dilma o país passou a ser cada vez mais um coadjuvante. Isso ocorreu por dois motivos: primeiro pela incompetência da presidente em dar o devido valor às questões de política externa. Acho que não é necessário mencionar o quanto essa área foi negligenciada pela Presidência, mas basta acompanhar os cortes ao orçamento do MRE para ter um indício da irresponsabilidade com a qual a PEB tem sido tratada. O segundo motivo resulta de um erro de cálculo do Ministro Patriota. Quando ele assumiu a chancelaria, o discurso passou a ser o de que o Brasil havia apostado muito na multipolaridade, aproximando-se demais de países como a Rússia, a China e a Índia, quando na verdade o mundo seria bipolar, comandado por EUA e China e que, ao se aproximar dos Brics, o Brasil havia esquecido perigosamente de seus parceiros tradicionais. Patriota quis promover um retorno a aliados como os EUA e a Europa (os resultados da visita de Obama ao Brasil no início do governo Dilma indicam isso com clareza) para equilibrar as relações do Brasil com a China. O grande erro do governo Dilma foi que, ao promover relações com EUA e Europa, o Brasil negligenciou as relações com os outros Brics.

O resultado foi o acirramento da dependência do Brasil em relação à China nos Brics (dos 25% de comércio entre Brasil e Brics, quase 20% são com a China!) e a falta de uma estratégia para lidar com EUA e Europa (com os quais, por exemplo, temos tido déficits comerciais constantes). Assim, o pró-

prio Brasil, por sua inabilidade, é o responsável por criar a sensação de que os Brics não são importantes, pois seriam apenas mais uma manifestação do poder chinês. A estratégia correta teria sido a de contrabalançar o poder da China fortalecendo as parcerias econômicas com os outros Brics, mas isso está muito além da capacidade do governo Dilma.

“OS BRICS FORAM MUITO NEGLIGENCIADOS NOS ÚLTIMOS SEIS ANOS E EU TEMO QUE A FALTA DE CLAREZA DO BRASIL EM RELAÇÃO À IMPORTÂNCIA DO BLOCO AGRAVE AINDA MAIS A SITUAÇÃO.

O BRICs é uma prioridade na Política Externa Brasileira? O bloco deveria receber maior ou menor relevância para formulação da política exterior do país?

Infelizmente, os Brics foram muito negligenciados nos últimos seis anos e eu temo que a falta de clareza do Brasil em relação à importância do bloco agrave ainda mais a situação. As prioridades do governo são outras. Por exemplo, em outubro de 2015, a Rússia promoveu a Cúpula das Universidades dos países Brics. Lá foi lançada a rede de universidades dos Brics. Vários reitores de Universidades Federais Brasileiras estiveram presentes, mas o Brasil não fez representar por seus ministros de Educação ou de Ciência e Tecnologia, ao passo que os ministros dos outros países estavam lá; isso em um governo cujo lema é “Pátria Educadora”! Esse é um entre inúmeros exemplos do modo como o Brasil tem negligenciado os Brics. Infelizmente, a tendência ao desengajamento continua.

OBSTÁCULOS E RETROCESSOS: A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA A ÁFRICA NOS GOVERNOS SARNEY (1985-1990) E COLLOR (1990-1992)

OBSTACLES AND SETBACKS: BRAZILIAN FOREIGN POLICY
TOWARDS AFRICA DURING SARNEY (1985-1990)
AND COLLOR (1990-1992) ADMINISTRATIONS

Felipe Rocha de Carvalho¹

RESUMO

Nos dias de hoje, é evidente a importância do continente africano na agenda da política externa brasileira, tanto no aspecto político quanto no âmbito econômico e comercial. Porém, o final da década de 1980 e o início dos anos de 1990 foram marcados por um considerável esfriamento das relações no eixo Brasil-África, sendo este causado por condicionantes internos e externos aos países envolvidos. Neste sentido, o presente artigo se propõe a discutir os governos de José Sarney (1985-1990) e Fernando Collor (1990-1992) no que diz respeito à condução da política exterior brasileira para a África. Ao longo do trabalho, são expostas as características gerais da política externa do Brasil durante cada governo, seguidas pelos principais pontos de sua relação com os países africanos. Finalmente, constata-se que a política externa brasileira para a África durante o Governo Sarney teve como maior obstáculo o ápice da crise da dívida externa, enquanto o Governo Collor foi marcado pela prevalência de medidas neoliberais, as quais colocaram o continente africano em segundo plano.

PALAVRAS-CHAVE: Política Externa Brasileira. Governo Sarney, Governo Collor, África.

ABSTRACT

Nowadays, Africa's importance in Brazilian's foreign policy agenda, in the political, economic and commercial fields, is evident. However, the late 1980s and the early 1990s were marked by a considerable decrease of the relations in the Brazil-Africa axis, which was caused by internal and external constraints to such countries. In this sense, this article aims to discuss the governments of José Sarney (1985-1990) and Fernando Collor (1990-1992) regarding the conduction of Brazilian foreign policy towards Africa. Throughout the article, the general characteristics of Brazil's foreign policy during each government are exposed, followed by the main points of its relations with African countries. Finally, it is stated that Brazil's foreign policy towards Africa during the Sarney administration had the pinnacle of the external debt crisis as its main obstacle, whereas the Collor administration was marked by the prevalence of neoliberal measures that put Africa in the background.

KEYWORDS: Brazillian Foreign Policy, Sarney Administration, Collor Administration, Africa.

¹ Estudante de graduação em Relações Internacionais pela UNIPAMPA. Email: feliperochacarvalho@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O continente africano tem adquirido, desde a década de 1950, uma posição de maior visibilidade na política externa brasileira. Em linhas gerais, tal relação é pautada no desenvolvimento da cooperação nas áreas política e comercial, visando a fortalecer a horizontalidade dos relacionamentos externos do país. A prioridade conferida a esta região, porém, não se manteve constante ao longo das últimas décadas, apresentando momentos de maior ou menor aproximação do Brasil com os países africanos.

Por um lado, os vínculos históricos entre Brasil e África, como o passado colonial, matrizes étnicas e idiomas comuns, podem ser vistos como estimuladores da construção de um próximo vínculo diplomático. Segundo Rizzi (2014, p. 15), “nas duas margens do Oceano Atlântico Sul se estabeleceram (e se mesclaram) padrões históricos e culturais comuns que originaram sociedades convergentes em ideias e interesses [...]”. No entanto, durante um longo período, a política externa brasileira para a África foi pautada pela defesa ou neutralidade em relação à manutenção das relações coloniais com a Europa, em especial no que tange às colônias portuguesas. Tal aspecto só veio a apresentar uma mudança mais expressiva após o fim do salazarismo em Portugal no ano de 1974.

O início da década de 1960, marcado pelos governos de Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964), representou o auge do interesse brasileiro pela África no século XX. Por meio do que viria a ser conhecido como Política Externa Independente (PEI), foi elaborado um esboço da política externa africana no Brasil, o qual se diferenciava das ações empreendidas até então (FERREIRA, 2013). Uma vez que o termo foi cunhado pelo então Ministro das Relações Exteriores, San Tiago Dantas, teve início uma política de desenvolvimento e sistematização das relações entre Brasil e África, tendo maior destaque o estabelecimento de embaixadas brasileiras em diversas nações do continente.

Todavia, a ascensão do regime militar em 1964 significou uma alteração expressiva na condução da política exterior brasileira como um todo. O Marechal Castelo Branco, primeiro presidente do período mili-

tar, intensificou a aproximação do país tanto com os Estados Unidos quanto com Portugal, afirmando mesmo que “tudo o que fosse bom para os Estados Unidos também é bom para o Brasil e tudo o que acontece de bom para Portugal é recebido com imenso agrado pelo Brasil” (DÁVILA, 2011, p. 52 apud FERREIRA, 2013, p. 137). Deste modo, ainda que o Atlântico Sul fosse uma zona estratégica que demandasse mecanismos de segurança, o continente africano não era o principal foco de preocupação do governo brasileiro.

Durante o governo do Marechal Costa e Silva (1967-1969), não houve grandes mudanças no que diz respeito à posição brasileira acerca da África. É válido ressaltar, porém, a criação de novos postos diplomáticos no continente. Foi apenas durante o Governo Médici (1969-1974), que as relações, especialmente comerciais, com o continente africano tomaram um lugar de maior destaque. Tal fato pode ser atribuído, em grande parte, ao período de grande crescimento da economia brasileira, o qual ficou posteriormente conhecido como “milagre econômico”.

Os governos de Geisel (1974-1979) e Figueiredo (1979-1985) fizeram parte do chamado “Pragmatismo Ecumênico e Responsável”² da política externa brasileira. Durante esses anos, houve certo distanciamento do país em relação aos Estados Unidos, ao mesmo tempo em que o Brasil pretendia utilizar a flexibilidade vigente no sistema internacional para assumir uma posição mais elevada na hierarquia de poder (SPEKTOR, 2004). Assim, houve uma maior busca pela concretização dos laços políticos e econômicos com os países africanos, o que pode ser exemplificado pelo aumento das exportações para a Nigéria e também para países da África Austral.

Entretanto, a metade da década de 1980 veio acompanhada de crises tanto no Brasil quanto em diversos países africanos, impondo dificuldade nas relações existentes entre eles. A dívida externa brasileira aumentou exponencialmente, o que diminuiu “a capacidade do país de dar sustentação à sua política comercial em direção ao mercado africano” (FERREIRA, 2013, p. 146). Na África, o fator de maior peso foi a instabilidade política, causada por uma série de golpes de Estado. Ademais, a falta de recursos para quitar os débitos com

² “Muito do comentário sobre a política externa do governo Geisel interpreta o período como um movimento de crescente independência, autonomia e ‘flexibilidade’ em relação aos estreitos limites impostos pela estrutura do sistema internacional da Guerra Fria. Livrava-se o Brasil da pecha do alinhamento automático aos desígnios do poder hegemônico hemisférico, os Estados Unidos. Assim, o pragmatismo seria uma expressão da tentativa brasileira de ganhar maior espaço de manobra em um sistema dominado pelas grandes potências” (SPEKTOR, 2004, p. 195).

o Fundo Monetário Internacional (FMI) e com o Banco Mundial fragilizou ainda mais as economias africanas.

Dessa maneira, o presente artigo se propõe a expor e discutir os principais obstáculos encontrados pelo Brasil durante o governo do José Sarney (1985-1990) no que diz respeito à condução da política externa brasileira para a África. Objetiva-se também apresentar e analisar o período do governo de Fernando Collor (1990-1992) e como o cunho neoliberal de seu mandato contribuiu para um distanciamento e retrocesso da política exterior do Brasil em relação ao continente africano.

A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NA REDEMOCRATIZAÇÃO: GOVERNO SARNEY (1985-1990)

A partir de meados da década de 1970, ainda durante a ditadura militar, tiveram início medidas de abertura gradual do regime. Especialmente durante os governos de Geisel (1974-1979) e Figueiredo (1979-1985), foram realizadas algumas reformas de cunho político, dentre as quais se destaca a reforma partidária. Além disso, também estava presente nesse contexto o movimento “Diretas Já”, o qual reivindicava a realização de eleições presidenciais diretas no país. Em 1984, a conjuntura nacional era propícia para a realização de tais eleições.

As primeiras eleições presidenciais após a redemocratização tiveram como resultado a eleição de Tancredo Neves. No entanto, devido a seu falecimento antes mesmo da posse do cargo, Neves foi substituído pelo então vice-presidente, José Sarney. Dessa maneira, “a democracia reinstalava-se no Brasil de forma gradual, não se verificando qualquer processo revolucionário e, por isso, também ao nível da política externa não se verificou qualquer corte abrupto com o passado” (FONSECA, 2011, p. 34).

Nesse sentido, o papel desempenhado pelo Itamaraty em tal contexto foi de grande relevância, tendo em vista que o órgão foi o responsável por definir as bases das escolhas do país em sua política exterior, bem como por manter certa continuidade no direcionamento que vinha sendo dado a essa política até então. Contudo, o contexto interno no qual José Sarney toma posse era de crise, principalmente nos âmbitos econômico e social. Por essa razão, as medidas iniciais de seu governo foram focadas na estabilização da economia e na redução na dívida externa.

A relação entre Brasil e Estados Unidos nesse contexto foi bastante influenciada pelos compromissos assumidos pelo Brasil tanto com o FMI quanto com o Banco Mundial. Na visão de Sarney, o governo estadunidense falhou em não oferecer apoio ao governo brasileiro, afirmando que só havia interesse quando o problema em questão era de cunho militar ou de segurança. Como observa Fonseca (2011, p. 34),

O seu discurso era bastante crítico da atitude dos Estados Unidos, que, em seu entender, lidavam com o Brasil como sendo um “país de segunda”. A incompatibilidade de posições entre o Brasil e os Estados Unidos foi também evidente nas questões comerciais e nas tentativas de lançamento das negociações no Acordo Geral de tarifas e Comércio (GATT).

Outro ponto importante a ser ressaltado é que José Sarney teve dois ministros das Relações Exteriores: Olavo Setúbal e Abreu Sodré. Enquanto Setúbal possuía uma visão pró-estadunidense e defendia uma maior aproximação com a potência continental, Sodré era favorável a um novo viés da política externa brasileira, o que foi demonstrado com o reatamento das relações diplomáticas com Cuba. Em 1986, foi assinado pelo Brasil e pela Argentina o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, o qual não foi bem aceito por parte dos Estados Unidos. Por conta disso, houve a procura brasileira pela diversificação de parceiros comerciais, em especial na África e no Oriente Médio.

RELAÇÕES BRASIL-ÁFRICA NO GOVERNO SARNEY: OBSTÁCULOS GERADOS PELA CRISE

Embora o governo Sarney não tenha sido caracterizado por grandes rupturas em relação ao regime militar no tocante à condução da política externa, as relações do Brasil com o continente africano foram uma exceção. Desse modo, foram observados certos entraves em tais relações, as quais destoavam do que havia sido priorizado durante o governo Figueiredo (1979-1985), uma vez que passou a ser dado maior destaque às relações regionais, em especial com os países do Cone Sul.

Nesse sentido, pode-se afirmar que as relações Brasil-África em tal período se pautaram, em grande parte, nos laços históricos e culturais compartilhados pelos países envolvidos. Assim, “podem ser citados os esfor-

ços no intuito de favorecer aspectos de interdependência entre o Brasil e países africanos, particularmente com aqueles cuja Língua Portuguesa fosse o idioma oficial – PALOP³” (RIBEIRO, 2008, p. 41). Em 1989, foi realizada no Brasil uma reunião de chefes de Estado de países de língua oficial portuguesa, na qual viria a ser elaborado o projeto da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa).

Quanto aos aspectos econômicos, podem ser notadas algumas iniciativas para o fortalecimento das trocas comerciais entre os países do Atlântico Sul. Para tanto, o governo brasileiro desenvolveu medidas no sentido de estabelecer interesses comuns com países africanos no intuito de maximizar as possibilidades de cooperação entre eles, garantindo a preservação dos interesses brasileiros no continente. Como exemplo, têm-se as iniciativas de financiamento a Angola no final dos anos 1980, dentre as quais havia um montante destinado à construção de uma hidrelétrica pela empresa brasileira Odebrecht.

Nesse contexto, também é válido ressaltar a postura brasileira em relação à África do Sul e ao prolongamento do regime do *Apartheid*. As relações econômicas com a região estavam em consonância com o posicionamento político contrário ao regime do *Apartheid*, bem como com o apoio à independência da Namíbia. Dessa forma, foram formalizadas sanções do Brasil à África do Sul, as quais consistiam na suspensão da exportação de petróleo e armas, assim como na suspensão das atividades de intercâmbio que vinham sendo desenvolvidas até então (RIBEIRO, 2008). Um dos principais acontecimentos desse período, apesar dos esforços limitados de aproximação entre Brasil e África, foi a iniciativa brasileira de tentar fortalecer a presença do país no Atlântico Sul. Assim, em 1986, foi criado o projeto da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS)⁴, ao qual os Estados Unidos se opuseram.

Todavia, as condições geradas pela economia internacional na segunda metade da década de 1980 viriam a limitar as possibilidades de ação tanto do Brasil quanto dos países africanos. As alterações ocorridas tanto no cenário internacional quanto em âmbito doméstico

viriam a constringer a política exterior do país. Dessa modo, a política externa brasileira passou a ser fortemente condicionada pela situação econômica fragilizada do país, necessitando assumir um comportamento de menor expansão.

Durante o período da redemocratização, foi observada a acentuação do problema da dívida externa, o qual era decorrente de algumas ações desempenhas no período do regime militar. Essa dívida, por sua vez, diminuía as possibilidades de ação do governo brasileiro no exterior. Como destaca Ribeiro (2008, p. 47),

Nesse cenário, torna-se patente a opção brasileira pelo enfrentamento de temas até então tidos como inegociáveis, o que indica sua preocupação em responder positivamente às demandas políticas internacionais. A partir da segunda metade da década de 80, o fortalecimento da hegemonia norte-americana e a implementação da “agenda de valores hegemônicos universalmente aceita” abriram novos contextos de vulnerabilidade para o Brasil, que se caracterizariam pela adoção dos padrões internacionais de normas de proteção do trabalho, dos direitos humanos, do meio-ambiente, dos inventos, dos consumidores, entre outros.

A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NO CONTEXTO NEOLIBERAL: GOVERNO COLLOR (1990-1992)

Eleito em 1989, Fernando Collor de Mello assumiu a presidência do Brasil em um contexto internacional que passava por mudanças expressivas. Também em 1989, havia sido derrubado o Muro de Berlim, simbolicamente representando o fim da Guerra Fria e o fracasso do modelo socialista. Desse modo, o capitalismo seria enxergado como o único modo de produção possível, de forma que todos países deviam se enquadrar neste novo cenário.

No âmbito nacional, a eleição de Collor por meio do voto direto também simbolizava uma finalização do

³ PALOP é a sigla designada para o conjunto dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. Geralmente, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe são chamados de “pequenos PALOP”, enquanto Angola e Moçambique compõem os “grandes PALOP”.

⁴ “A ZOPACAS foi criada pela declaração, que ficou registrada como a “resolução 41/11” da Assembleia Geral das Nações Unidas, no ano de 1986. A proposta brasileira de criação de uma zona de paz e cooperação foi “o marco mais nítido do esforço de definir um regime de coordenação política, que norteou a estratégia brasileira. [...] Integram a iniciativa, além do Brasil, os demais países banhados pelo Atlântico Sul, desde os “vizinhos” sulamericanos (Argentina e Uruguai), quanto aos da África (África do Sul, Angola, Benin, Cabo Verde, Cameroun, Congo, Côte d’Ivoire, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa e Togo)” (COSTA, 2013, p. 02).”

processo de redemocratização. Conforme argumenta Galhera (2011, p. 01) “[...] o cenário interno combinado a tais eventos influenciaram [...] a política externa brasileira a partir de 1990, potencializada devido aos traços pessoais do candidato eleito, como a simpatia pelo liberalismo econômico”. Em relação a esse último ponto, é válido ressaltar que, apesar de possuir um parque industrial consideravelmente grande, a tecnologia presente no Brasil ainda era considerada primitiva se comparada à dos demais países. Na visão de Collor, uma das principais causas dessa situação era o fracasso do modelo de substituição de importações, o qual também seria responsável pelo elevado grau de endividamento externo do país.

Nesse sentido, como partidário dos ideais defendidos pelo Consenso de Washington, o novo presidente propôs uma série de reformas que objetivavam o fim da alta participação do Estado na economia e também da proteção tarifária. Logo nos primeiros dias de seu mandato, Collor pôs em prática um plano econômico que tinha como meta principal o combate às elevadas taxas de inflação, o qual ficaria conhecido como Plano Collor. Dentre as medidas adotadas, podem ser destacadas as iniciativas de privatização e o aumento da abertura econômica. Ambas estratégias faziam parte de Política Industrial e de Comércio Exterior (SCHINDLER, 2010).

Além disso, uma das principais características da política externa de Collor foi seu personalismo acerca das questões políticas. Sendo assim, pode-se afirmar que houve certa ruptura com o que vinha sendo buscado desde o governo Médici (1970-1974), que era uma inserção brasileira no sistema internacional de modo mais autônomo e independente, por meio de novas parcerias estratégicas. Outro aspecto a ser destacado é que Collor “[...] passa a consentir o desarmamento e controle de armas nucleares, [...] contrariando a posição histórica brasileira de não adesão ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP)” (GALHERA, 2011, p. 08).

Em março de 1991, foi assinado o tratado constitutivo do Mercado Comum do Sul, entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Em linhas gerais, o

documento preconizava a integração como via para o crescimento dos países e uma ferramenta para sua inserção internacional. Schindler (2010, p. 47) descreve que

O tratado assinado na ocasião previa a formação de um Mercado Comum até 31 de dezembro de 1994, com livre circulação de bens serviços e fatores produtivos e uma Tarifa Externa Comum, além da adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros e a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais. O tratado continha ainda, com base nos princípios de equidade, o reconhecimento do Uruguai de o Paraguai como Estados em condições diferentes, dando a estes mais tempo para adaptar suas economias à nova configuração.

Outro ponto a ser destacado é o envolvimento da política exterior de Collor com temas relacionados ao respeito dos direitos e à preservação do meio ambiente. Nesse contexto, pode ser destacada a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e desenvolvimento, também chamada de Rio-92, na qual foi dada uma ênfase à combinação do desenvolvimento com a salvaguarda dos recursos naturais. Os direitos humanos, por sua vez, estavam relacionados à consolidação do processo de redemocratização do Brasil.

RELAÇÕES BRASIL-ÁFRICA NO GOVERNO COLLOR: RETROCESSOS CAUSADOS PELO MODELO NEOLIBERAL

Ao longo de seu governo, Collor realizou visitas a alguns países africanos, tais como Angola, Zimbábue, Moçambique e Namíbia. Em suma, as relações com o continente estavam mais centradas na questão do fim do regime do *Apartheid*, bem como em uma maior aproximação com os países de língua portuguesa. No entanto, é possível afirmar que a África não foi o enfoque da política exterior do Brasil neste período.

⁵ “Por ocasião do encontro do Institute for International Economics em Washington, D.C., em novembro de 1989, o economista John Williamson listou uma série de reformas que os países em desenvolvimento deveriam adotar na área econômica para que entrassem em uma trajetória de crescimento autossustentado. Essa lista ficou conhecida como “consenso de Washington”. Ela continha 10 pontos: Disciplina fiscal; Redução dos gastos públicos; Reforma tributária; Juros de mercado; Câmbio de mercado; Abertura comercial; Investimento estrangeiro direto, com eliminação de restrições; Privatização das estatais; Desregulamentação (afrouxamento das leis econômicas e trabalhistas); Direito à propriedade intelectual. Em outros termos, as propostas visavam assegurar a disciplina fiscal e promover a liberalização comercial e financeira, além de uma forte redução do papel do Estado na economia” (SCHINDLER, 2010, p. 16).

Nesse sentido, em um cenário de reformulação das diretrizes diplomáticas brasileiras, as relações com o continente africano não são vistas como essenciais à política exterior. Embora permanecesse o reconhecimento dos laços históricos e culturais entre os dois lados do Atlântico Sul,

a política externa em sua direção não é encarada como relevante para a promoção dos interesses internacionais do Brasil. O redesenho da política externa brasileira, tido como fator imperativo para a inserção internacional do país, deixa transparecer de forma límpida que a África é compreendida como um espaço geopolítico menos relevante (RIBEIRO, 2009, p. 308).

Dentre as principais causas para o esfriamento das relações no eixo Brasil-África, encontra-se o elevado grau de instabilidade política e econômica dos países africanos na década de 1990. Ademais, o fim da União Soviética havia dado início a uma nova configuração do sistema internacional, desviando as disputas por zonas de influência, que antes estavam localizadas no continente africano, para políticas de reintegração da Europa Oriental. Por conta disto, a margem de manobra do continente foi consideravelmente reduzida, também representando importantes perdas econômicas (SCHINDLER, 2010).

No que diz respeito às relações econômicas e comerciais, o ponto de vista do governo brasileiro era de que os países africanos não estariam em condições de atender às suas demandas de maneira satisfatória. Além da situação econômica frágil já mencionada, diversos Estados contavam com regimes políticos que, diversas vezes, não possibilitavam uma aproximação mais expressiva. Em Moçambique e Angola, por exemplo, encontravam-se no poder governantes que não haviam sido eleitos democraticamente, representando uma ligação com regimes de cunho totalitário.

Sendo assim, pode-se observar que as trocas comerciais entre Brasil e África durante o governo Collor foram de baixa intensidade. Com exceção do petróleo, houve uma expressiva diminuição desses fluxos, de modo que as relações entre os dois lados se pautaram em uma espécie de especialização comercial. De acordo com Rizzi (2014, p. 187), “[...]

evidenciou-se, portanto, uma representatividade praticamente nula no total de relações comerciais com o continente africano num todo e especialmente com os pequenos PALOP”.

No setor das exportações, tal mudança foi sentida de maneira mais severa. Havia uma preocupação por parte dos exportadores de que os acordos comerciais firmados ao longo dos últimos anos, em especial com Angola, fossem direcionados a outros países. Contudo, a posição defendida pelo Itamaraty era que as relações Brasil-África vinham se mantendo constantes desde 1975, quando o governo brasileiro foi o primeiro a reconhecer a independência angolana (RIBEIRO, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Justificada por razões que vão desde vínculos históricos e culturais até transações comerciais e parcerias estratégicas, a relação Brasil-África é vista pela política externa brasileira como uma área de potencial e oportunidades. Tal argumento pode ser bem exemplificado por meio das ações desempenhadas inicialmente pelos dois últimos governos militares e, de forma mais expressiva, ao longo do governo Lula (2003-2010). Todavia, os governos de Sarney e Collor representaram certas peculiaridades no que tange às relações com o continente africano, sendo elas oriundas tanto do contexto interno quanto do cenário internacional vigente.

Durante o Governo Sarney, embora se deva ressaltar a importância de ações como a concepção da ZOPACAS, a intensificação dos laços que vinham sendo estabelecidos entre o Brasil e os países africanos foi impossibilitada em virtude do agravamento da situação econômica do país. Tal fator fez com que as ações da política externa brasileira fossem limitadas, uma vez que o foco do governo passou a ser o alcance da estabilidade econômica por meio do combate à inflação elevada do período.

O Governo Collor, por sua vez, foi marcado pela ascensão do ideário neoliberal no Brasil e, por conseguinte, da implantação de seus preceitos também na política externa. Desse modo, passou a ser dada maior prioridade ao aprofundamento das relações no Eixo Norte-Sul, tendo em vista que a parceria com os Estados Unidos era enxergada como uma

via para a modernização do país. Por conta disso, a política externa brasileira em direção à África, que já vinha perdendo espaço desde o Governo Sarney, passou a ser retirada ainda mais do foco das discussões diplomáticas e econômicas.

Conforme mencionado anteriormente, o contexto internacional da década de 1990 fez com que os países africanos perdessem ainda mais espaço, reduzindo suas possibilidades de interação com outros Estados. Ao invés de utilizar a marginalização da África por parte das grandes potências como uma oportunidade de inovação e exploração de novas áreas, a política exterior do Brasil acabou por diminuir a importância do continente em sua agenda, confirmando a tendência dos governos neoliberais.

Entretanto, é necessário apontar que, apesar de não terem sido profundas, as relações entre Brasil e África em ambos os governos não foram permeadas por desentendimentos ou divergências. Em especial no Governo Collor, o esfriamento das relações pode estar ligado ao reajuste das prioridades da política externa nacional, com destaque para o processo de integração regional, o que acabou afetando, ainda que não deliberadamente, os países africanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COSTA, Murilo Gomes da. **Brasil e Zopacas: A manutenção do status quo e a projeção no Atlântico Sul**. In: Seminário Brasileiro de Estudos Estratégicos Internacionais (SEBREEI), 2013, Porto Alegre. Anais (online). Disponível em: <http://www.sebreei.eventos.dype.com.br/resources/anais/21/1370921861_ARQUIVO_Artigo-MuriloGomesdaCosta-FG-SEBREEI_final_.pdf>. Acesso em 02 maio 2015.

FERREIRA, Wallace. **Revisitando a África na Política Externa Brasileira: distanciamentos e aproximações da “Independência” à “década de 1980”**. *Universitas Relações Internacionais*, Brasília, v. 11, n. 1, p. 57-71, jan.-jun. 2013. Disponível em: <<http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/index.php/relacoesinternacionais/article/view/2296/2070>>. Acesso em 02 maio 2015.

FONSECA, Carmen. **A política externa brasileira da democracia: o paradoxo da mudança na continuidade?** *Relações Internacionais*, Lisboa, n.

29, mar. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992011000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 26 abr. 2015.

GALHERA, Katiúscia Moreno. **A Política Externa de Fernando Collor de Mello**. In: XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, 2011, São Paulo. Anais (online). Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1299334229_ARQUIVO_APEdeFernandoCollordeMello.pdf>. Acesso em 02 maio 2015.

RIBEIRO, Cláudio Oliveira. **As relações Brasil-África entre os governos Collor e Itamar Franco**. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, nº 1, janeiro-junho e 2009, p. 289-329. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/6600/5325>>. Acesso em 28 abr. 2015.

_____. **Crise e castigo: as relações Brasil-África no governo Sarney**. *Rev. Bras. Polít. Int.*, Brasília, v. 51, n. 2, p. 39-59, dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292008000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 02 maio 2015.

RIZZI, Kamilla. **O grande Brasil e os pequenos PALOP**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2014.

SCHINDLER, Eduardo. **Política externa brasileira no governo Collor: a busca por um novo modelo de atuação internacional**. 2010. 63p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/28396>>. Acesso em 10 maio 2015.

SPEKTOR, Matias. **Origens e direção do Pragmatismo Ecumênico e Responsável (1974-1979)**. *Rev. Bras. Polít. Int.*, v. 47, n. 2, p. 191-222, dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292004000200007>. Acesso em 28 abr. 2015.

O CORPO HUMANO COMO ARMA DE GUERRA

The Human Body as
War Weapon

Victória Bellini¹

RESUMO

Esse artigo procura estabelecer uma relação entre os grupos de libertação nacional, IRA e Hamas, através da conexão entre religião, sociedade, indústria e o crescimento da racionalidade e ciência. O principal foco deste trabalho é analisar a relação do corpo humano como uma arma de guerra em táticas terroristas em ambos os grupos, por meio da greve de fome na Irlanda de 1981 e dos suicidas palestinos em toda a jornada do Hamas. O senso de comunidade e coesão social será apresentado em ambas as organizações terroristas, incluindo o espírito nacionalista e religioso, valores, expectativas e motivações que levam um indivíduo a comprometer seu corpo de maneira racional, dentro de suas crenças.

PALAVRAS-CHAVE: Terrorismo; Corpo Humano; Ira; Hamas; Greve de Fome; Suicídio.

ABSTRACT

This article aims to do a relation between groups as IRA and Hamas through the connection of their religion, society, industry and growing of rationality and science. The main focus of this paper is study the human body relation as a war weapon in terrorists tactics on both groups by the hunger strike on Ireland (1981) and the palestines suicides along Hamas journey. The community sense and social cohesion will be showed in both terrorist organizations, including the nationalist and religious spirit, values, expectations and motivations that directing the individual to pledge your body in a rational way, inside his beliefs.

KEYWORDS: Terrorism; Human Body; Ira; Hamas; Hunger strike; Suicide.

¹ Graduada em Relações Internacionais pela ESPM-Sul. Email: victoriabellini@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

A popularização do termo “terrorismo” ocorreu logo após o atentado do 11 de Setembro de 2001. A expressão “guerra ao terror” internacionalizou-se e, juntamente com esse processo, criou-se a ideia de que terrorismo é algo novo, do século XXI e, ainda, comumente ataques terroristas e muçulmanos estão diretamente relacionados, como se esse povo fosse o único que fizesse uso de tal prática. Esse artigo busca apresentar o que leva um indivíduo dentro de um grupo terrorista a comprometer seu corpo de maneira permanente à causa. Para a exemplificação, foi selecionado o caso do IRA e o do Hamas, uma vez que ambos utilizam seus integrantes para perpetuar o terrorismo psicológico no inimigo e esperam, assim, atingir seus objetivos. A semelhança entre ambos é clara: são movimentos de libertação nacional que utilizam da tática de guerrilha terrorista para alcançar seus objetivos, militar e políticos, dentro de um território que desejam libertar. Os dois grupos possuem uma voz política transmitida através de um partido, sendo eles respectivamente o Sinn Féin e o Fatah, os quais auxiliam e proporcionam uma maior visibilidade internacional da causa a ser defendida.

O método de pesquisa, para Minayo (2003, p. 16-18) é o caminho de pensamento a ser seguido. A pesquisa é vista, então, como uma atividade essencial na ciência para a construção da realidade. Para Gil (1991), a segmentação dos objetivos da pesquisa é essencial para a realização do estudo. Em vista disso, o objetivo deste artigo é identificar em quais circunstâncias o corpo humano pode ser visto, ou interpretado, como um instrumento de guerra nas lutas do IRA e do Hamas. A importância deste estudo consiste em auxílio enquanto material acadêmico, pois a escassa bibliografia nacional em torno do assunto torna este projeto relevante, principalmente na área das Relações Internacionais. Além disso, é importante que a pesquisa a ser realizada mostre tanto a capacidade militar quanto a força política dos grupos evidenciados; deixe claro que uma as estratégias utilizadas, embora venham parecer semelhantes, são, na realidade, esferas diferentes de religiões sem muito contato na história e evidencie, no campo sociológico e antropológico, o que leva um indivíduo e uma comunidade a engajarem-se em atos extremos.

Este artigo caracteriza-se por ser uma pesquisa qualitativa, descritiva e bibliográfica. Godoy (1995) expli-

cita algumas características principais de uma pesquisa qualitativa, as quais embasam também este trabalho: considera o ambiente como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento chave; possui caráter descritivo; o processo é o foco principal de abordagem e não o resultado ou o produto; a análise dos dados foi realizada de forma intuitiva e indutivamente pela pesquisadora; não requereu o uso de técnicas e métodos estatísticos; e, por fim, teve como preocupação maior a interpretação de fenômenos e a atribuição de resultados. Além disso, é denominada uma pesquisa bibliográfica, pois, segundo Oliveira (2007), visa proporcionar à pesquisadora o contato direto com obras, artigos ou documentos que tratem do tema em estudo: “o mais importante para quem faz opção pela pesquisa bibliográfica é ter a certeza de que as fontes a serem pesquisadas já são reconhecidamente do domínio científico” (OLIVEIRA, 2007, p. 69).

IRA E A GREVE DE FOME DE 1981

O terrorismo, mesmo em pequena escala, apresenta-se como uma tática para atingir uma mudança política, sendo que é, inicialmente, um modo de luta não suicida e, mesmo quando as circunstâncias são desfavoráveis para os insurgentes, ele consegue, independentemente disso manter-se por um tempo considerável. Com tal análise, insurgentes da Europa ocidental idealizam efetividade na formação de uma guerrilha como estratégia principal. Pode-se dizer que “todos os grupos terroristas almejam ser guerrilhas e que o terrorismo é usado como uma estratégia de insurgência inicial” (CHALIAND e BLIN, 2007, p. 45).

Numa análise teórica, a classificação das estratégias de insurgência é necessária quando se busca compreender a essência da mesma. Porém, essa categorização é mais complexa do que classificações acadêmicas. Na realidade, é difícil distinguir terrorismo de guerrilha, conforme afirmam os autores.

Baseando-se nisso, a estratégia usada pelo IRA pertence à categoria de *terrorismo*, uma vez que o IRA não tenta conquistar território visando ao estabelecimento de “zonas libertadas”, mas, ao contrário, deseja que o condado de Ulster (Irlanda do Norte) seja integrado à Irlanda, em seus aspectos políticos, econômicos e militares. As táticas utilizadas também são características terroristas: sequestro, assassinato, explosões de carros e barricadas de

reféns. Porém, algumas operações do IRA, como ataques de morteiro em delegacias policiais e explosões de pontes, são associadas com *guerrilha*.

Tratando-se do caso do IRA, uma vitória militar, sendo de guerrilha ou terrorismo, não implica numa vitória política. Por esse motivo, o movimento viu-se na necessidade de ter um braço político ativo e assim o fez, estabelecendo Sinn Féin. A luta inicial, que culminou na criação do Irish Free State, em 1921, foi um referencial para os vários movimentos de libertação nacional que iriam terminar com os impérios coloniais algumas décadas depois, após a Segunda Guerra Mundial. A Grã-Bretanha, que não foi derrotada militarmente na Irlanda, foi um dos primeiros países a sentir os efeitos de uma nova estratégia, em que uma vitória militar não garantia vitória política. Outro grande império colonial, a França, passaria por uma experiência similar na Argélia, onde a conclusão foi a mesma.

No caso do IRA, um aspecto fundamental a ser ressaltado é que, quando a guerrilha terrorista irlandesa chegou em território britânico, o cenário mudou. A mesma situação ocorreu com os Estados Unidos da América (EUA) depois dos ataques do 11 de Setembro: alvos americanos haviam sido atingidos antes, mas longe do território nacional. Quando se trata da pátria, um simples ataque terrorista pode ter repercussões gigantescas; (CHALIAND; BLIN, 2007, p. 187) e era exatamente isto o que o IRA desejava.

O Irish Free State foi implementado e, com ele, uma luta interna no IRA iniciou-se. Havia aqueles que aceitaram a repartição da Irlanda, agora com sua própria voz política, e os que rejeitavam o acordo assinado por Michael Collins². Mesmo com essa repartição evidente, o IRA neutralizou-se e só voltou com ataques terroristas de nível internacionais em 1968.

É importante ressaltar também que, na esfera religiosa, em 1969, os católicos que moravam em Ulster, na Irlanda do Norte, eram considerados cidadãos de *segunda classe*, conforme o status econômico que os protestantes utilizavam para lhes categorizar. Os católicos representavam 38% da população em Ulster, mas essa porcentagem subiu desde então (CHALIAND; BLIN, 2007, p 250).

A partir dos dados apresentados e do *background* estabelecido, a compreensão dos protestos de 1980-81 ficam mais acessíveis. No dia 1º de março de 1981, o prisioneiro Bobby Sands, membro do Provisional IRA, começou a re-

cusar comida na sua cela no H-Block, em Long Kesh, na prisão de Maze, localizada na Irlanda do Norte. O início dessa greve de fome foi planejado pelos próprios prisioneiros com dois meses de antecedência, relatam Hanley e Milllar (2010), pois viram a necessidade de um novo protesto em vista de promessas não cumpridas no ano anterior. Essa nova greve possuía um tom mais forte e dominador; os prisioneiros engajaram-se de uma maneira em que não hesitariam até que suas demandas fossem atendidas. Googan (2002) descreve que havia seis demandas: o direito de usar as próprias roupas dentro da prisão; o direito de não realizar trabalho na prisão; livre circulação entre os prisioneiros; abolição do crachá de criminosos – queriam ser reconhecidos como prisioneiros políticos; diminuição em 50% de suas sentenças e visitas regulares de parentes, acesso à educação e instalações de lazer. Caso as demandas não fossem cumpridas, os prisioneiros alertaram a Grã-Bretanha da possibilidade de uma nova greve de fome dentro da prisão. Foi o que aconteceu.

Porém, para Googan (2002), o estopim ocorreu quando um grupo de 20 homens foi selecionado sob as premissas de que iriam se banhar, barbear e cortar o cabelo, coletando, por final, as suas próprias roupas para usarem dentro da prisão durante o final de semana. Tudo ocorreu normalmente, porém, as roupas não foram entregues como o combinado, e Sands emitiu um aviso:

[...] Uma segunda greve de fome não pode e não irá terminar em derrota, porque, como eu disse antes, quando o balanço da conformidade suplanta o da resistência, então a criminalização está realmente ganhando. Por tanto, camaradas, mais uma vez sob a coação da barbárie britânica e na face de mais uma intransigência, somos forçados a embarcar em uma greve de fome nas próximas semanas (BOBBY SANDS, 1981).

Deste modo, a passagem de Bobby Sands para sua “imortalidade” iniciou-se dois meses depois. Outros nove prisioneiros, todos católicos nascidos na Irlanda do Norte, juntaram-se a ele. Segundo Googan (2002), todos foram cuidadosamente analisados para participar do protesto, uma vez que não poderia haver oscilações entre determinação e desespero. Alguns critérios utilizados para a seleção dos voluntários que iriam participar do protesto, segundo Dingley e Mollica (2007),

² Líder irlandês da revolução, diretor de inteligência do IRA, ministro de finanças do *First Dáil*, congressista e chefe em comando do Governo Provisional, presidente da Irmandade Republicana Irlandesa (IRB).

era que todos deveriam escrever uma breve história de suas famílias. Desse modo, ficava evidente quem era mais propenso a se comprometer totalmente à causa: quem não tinha filhos e vinha de uma família pequena; prisioneiros condenados a um encarceramento maior eram mais inclinados a engajarem-se totalmente; deveriam ter uma saúde boa, assim, evitando uma morte prematura e reforçando ainda mais a causa – também “indicaria que a suas mortes eram somente culpa da recusa do governo britânico a atender as demandas exigidas” (DINGLEY; MOLLICA, 2007, p. 10). Por último, era necessária uma estabilidade mental para conseguir lidar com o possível estresse dessa prova física.

Todo o necessário para realizar uma greve de fome efetiva foi estudado, inclusive, “o IRA contatou um palestino que havia sobrevivido a uma greve de fome e sede durante um longo período, com o intuito de que essa experiência pudesse ser colocada em prática” (GOOGAN, 2002, p. 498). Fora da prisão, apesar do apoio, havia o temor das repercussões negativas que esse protesto poderia desencadear. Porém, apesar dos anseios, o braço político do IRA, o Sinn Féin, apoiou totalmente a greve.

Desta vez, as greves foram mais bem planejadas: os prisioneiros não iniciariam a greve todos juntos, como aconteceu em 1980. Ao contrário, tomariam parte a partir de intervalos de duas semanas, possibilitando, assim, a continuidade do protesto por muito mais tempo. Dingley e Mollica (2007) relatam que a estratégia inicial era a de que um novo grevista entraria na causa a fim de substituir um mais fraco, engajado há mais tempo, executando, assim, uma pressão intensa sob o governo britânico.

Como resultado dessa segunda greve, 10 prisioneiros morreram durante um período de aproximadamente um ano. Por esse motivo, no dia 3 de outubro de 1981, a greve foi cancelada. Segundo Dingley e Mollica (2007), muitos parentes dos grevistas retiravam-nos da greve uma vez que eles estavam tão perto da morte, alegando que estavam incapazes de raciocinar por si mesmos, criando, assim, uma situação embaraçosa para a liderança Republicana fora da prisão. Além disso, a tática de jejum até a morte foi perdendo força, uma vez que a mídia deixava de dar atenção a cada prisioneiro que morria. Isso ocorria porque não era mais uma novidade e não acarretava em um impacto novo no cenário internacional. Consequentemente, as greves de fome foram formalmente terminadas devido a uma proposta do governo britânico, cujos termos, relatam

Dingley e Mollica (2007), nunca foram tornados públicos e estão, portanto, abertos a debate. No entanto, o governo, apoiado por grande parte da mídia, clamou vitória sobre esse evento.

O governo britânico cedeu, após o término do protesto, a algumas demandas, tal como o direito de trabalhar na prisão. Porém, “nenhum reconhecimento formal foi estabelecido pela Grã-Bretanha acerca do *status político* dos prisioneiros irlandeses” (DINGLEY; MOLLICA, 2007, p. 8). Com isso, e somando-se a morte dos encarcerados protestantes, o governo britânico foi criticado pela Comissão de Direitos Humanos por ser inflexível e ficou popularmente conhecido como o responsável pelas mortes.

HAMAS E AS OPERAÇÕES SUICIDAS

Para melhor compreender os motivos que levaram o grupo terrorista Hamas a adotar a prática suicida através de homens-bomba para fins políticos e religiosos, precisamos relatar um pouco da história do grupo. Uma breve apresentação histórico-política será apresentada a fim de explicar os motivos psicossociais envolvidos na formação do terrorista muçulmano suicida.

Com o final de Segunda Guerra Mundial, em 1945, milhares de judeus migraram para Israel, pois acreditavam que o território era seu por direito e por história – era a sua Terra Prometida. Buscando seu território e aliados, a Agência Judaica se ofereceu para contribuir na Palestina, estabelecendo um grupo de brigada judaica sob comando britânico (CHALIAND; BLIN, 2007, p. 213). Os ataques contra judeus e israelenses tornaram-se mais violentos e, quase automaticamente, a defesa israeli foi formada, numa base ideológica pouco diferente do futuro *Palestine Liberation Organization* (PLO). Como o ex-Primeiro Ministro Israelense, Menachem Begin, relatou em suas memórias sobre a revolução que iria eclodir:

As origens históricas e linguísticas do termo político “terror” provam que não podem ser aplicadas a uma guerra revolucionária de libertação. Uma revolução pode dar origem ao que chamamos de “terror”, como aconteceu na França. Terror às vezes pode ser seu precursor, como ocorreu na Rússia. Mas a própria revolução não é terror e o terror não é a revolução. Uma

revolução, ou uma guerra revolucionária, não visa provocar medo. Seu objetivo é derrubar um regime e estabelecer um novo em seu lugar. Em uma guerra revolucionária, ambos os lados usam força. (BEGIN, 1977, p. 59-60).

A tensão atingiu seu auge em 1947, quando, em represália pela execução dos três terroristas Irgun, dois sargentos britânicos foram enforcados. Em decorrência, salientam Chaliand e Blin (2007), a pressão subiu para que a imigração palestina abrisse suas portas aos judeus “deslocados”, enquanto um inquérito, realizado por uma comissão especial da ONU para a Palestina, levou a pedir um fim à ocupação britânica. Com o consentimento dos britânicos, que estavam ansiosos para desocupar o território, um encontro foi marcado para o estabelecimento do estado de Israel e a consequente divisão da Palestina. Os países árabes anunciaram sua rejeição da partição. De qualquer forma, “a criação de Israel foi ratificada tanto os Estados Unidos e a União Soviética” (CHALIAND; BLIN, 2007, p. 214).

Com isso, surge o PLO, com seu braço armado denominado Fatah, em meados dos anos 1950, que tinha um grupo extremista chamado Black September, criado na mesma época em que o Rei Hussein havia ordenado a expulsão de palestinos da Jordânia. O mais notável ataque terrorista do Black September foi contra os atletas israelenses nas Olimpíadas de Munique, em 1972; o grupo manteve alguns atletas reféns enquanto exigiam a libertação de prisioneiros palestinos e de dois alemães. Ao verem que suas demandas não seriam atendidas e, caindo numa “emboscada” alemã, os terroristas resolveram atirar em todos os nove reféns. A partir desse momento, o primeiro ministro de Israel permitiu que o Serviço Secreto Israelense fosse atrás de todos os envolvidos no planejamento do ataque e os matasse, missão denominada “*Wrath of God*” (Ira de Deus). Assim, a importância relativa do terrorismo na luta global depende das circunstâncias, relatam Chaliand e Blin (2007), mas é sempre parte da contenda. Um caso em questão é a luta Palestina. Abu Iyad, um dos principais líderes da PLO, observou em suas memórias:

Eu não confundo violência revolucionária, que é um ato político, com o terrorismo, o que não é. Rejeito o ato individual cometido fora do contexto de uma organização ou de uma visão estratégica. Rejeito o ato ditado por motivos subjetivos

que afirmam tomar o lugar da uma grande luta. A violência revolucionária, por outro lado, é parte de um movimento grande e estruturado. Ela serve como uma força complementar e contribui, durante um período de reagrupamento ou derrota, para dar ao movimento um novo impulso. Ela se torna supérflua quando o movimento alcança sucesso político na cena local ou internacional. (IYAD, 1998, p. 67)

Após mais alguns ataques do Black September, como sequestros, bombardeios e assassinatos, o líder do Fatah, Yasser Arafat, resolveu acabar com o grupo com o pretexto de que havia feito mais mal do que bem, sem nenhuma resposta significativa de Israel. Assim, o PLO, apoiado pelo governo egípcio (pois o mesmo idealizava um Estado Árabe unificado, tendo o Egito como centro), ganha mais força. Em vista disso, e sentindo ameaçado, Israel ataca a Palestina e o Egito, numa guerra que durou seis dias, tendo os israelenses como vitoriosos. Envergonhado por ter perdido a guerra, o presidente do Egito elege Yasser Arafat como líder do PLO e, desse modo, unifica o PLO com o Fatah, tornando-se uma grande organização contra Israel. Contextualizando, Chaliand e Blin (2007) escrevem que uma versão especial da doutrina de provocação é relevante para um conflito que tem uma dimensão internacional. Quando os insurgentes representam uma facção nacionalista radical de uma entidade política maior - como o Fatah, por exemplo -, ou são apoiados por um Estado ou podem esperar que seus atos de terrorismo irão desencadear uma guerra entre o seu país de destino e do Estado que os apoia (CHALIAND; BLIN, 2007, p. 35). Essa foi a estratégia inicial da Fatah, como Khaled al-Hassan, um dos principais ideólogos do Fatah, explicou:

A técnica de luta armada era visivelmente simples. Nós chamamos isso de táticas de “ação e reação” porque pretendíamos realizar ações, as quais os israelenses iriam reagir e os Estados árabes, de acordo com nosso plano, apoiariam nossa guerra contra Israel. Se os governos árabes não fossem para a guerra, os povos árabes iriam nos apoiar e, em consequência, forçaria seus governos a nos apoiar também. Queríamos criar um ambiente de espírito de luta entre a nação, de modo que eles fossem se levantar e lutar (BECHOR, 1991, p. 279).

Em 1972, logo após o ataque terrorista nas Olimpíadas de Munique, Israel não vê alternativa a não ser

atacar o Fatah no seu próprio território. Isso forçou o grupo a retirar-se e se estabelecer juntamente com seus aliados. Em meio a essa interminável guerra, a Palestina fica sem “defensores” e, com isso, os corações e mentes palestinas dão lugar a um novo grupo, intitulado Hamas (fundado no Egito). O grupo se envolve em projetos educacionais e na área da saúde, apoiando e ajudando os palestinos pobres e necessitados (POWELL, 2009).

O Hamas surgiu logo após o início da Primeira Intifada. Como o IRA (*Irish Republican Army*), essa organização é composta por um braço político provindo da Irmandade Muçulmana, o qual é reconhecido oficialmente por Israel, porém, a organização não reconhece o Estado de Israel. O grupo é um movimento de resistência palestino, o qual visa à criação de um Estado palestino-islâmico e a extinção do Estado de Israel.

Além disso, o movimento combina aspirações políticas, como a destruição do Estado de Israel, com aspectos fortemente religiosos; o segundo servindo de propósito para o primeiro a fim de recrutamento de fiéis e seguidores, ecoando na ideologia de outros movimentos de libertação nacional. Deve-se notar, segundo Chaliand e Blin (2007), que a fase inicial do terrorismo palestino foi essencialmente política e secular, somente tomando partido religioso nos anos 1980, logo após a Revolução Iraniana. Também é identificado como uma forma de “*jihaadismo* contemporâneo” (juntamente com o movimento Hezbollah), pois ambos transmitem suas mensagens através de terror político. Cada grupo tem sua própria visão política que permite a possibilidade de negociações com seu oponente em um determinado momento, embora esse momento ainda não tenha ocorrido para o Hamas.

O primeiro ataque de autoria do Hamas, de homens-bomba, de que se tem registro, foi em 1994, matando aproximadamente 22 civis, em Tel Aviv, capital de Israel. Com o passar do tempo, mais ataques foram perpetuados, chegando ao seu máximo em 2002, onde cerca de 45 homens-bomba se sacrificaram em nome do grupo, matando centenas de civis. Nota-se, também, que a maioria dos suicidas são jovens e, portanto, resta uma análise acerca do recrutamento desses fiéis. Para o professor Vamik Volkan, da Escola de Medicina da Universidade da Virgínia, nos Estados Unidos:

A maioria dos homens-bomba do Oriente Médio são adolescentes, “educados”, e, em seguida, enviados para cumprir seu dever

quando estão no início de seus vinte e poucos anos. Essa “educação” é mais eficaz quando os elementos religiosos da identidade de grandes grupos são apresentados como soluções para o sentido pessoal de desamparo, vergonha ou humilhação. Substituir elementos emprestados sancionados por Deus para um mundo interno faz dessa pessoa onipotente e que suporte o narcisismo individual. Descobri que era fácil encontrar jovens interessados em se tornarem homens-bomba em Gaza e na Cisjordânia. (VOLKAN, 2005, p. 14)

Desse modo, a maneira segundo a qual os suicidas são recrutados e treinados é essencial para o entendimento e análise da causa. Volkan (2005) estabelece duas etapas básicas para a educação de um homem-bomba. Primeiramente, os professores encontram jovens que já possuam uma identidade pessoal perturbada e que buscam um elemento exterior a fim de estabilizar seu mundo interno. Em segundo lugar, um método de ensino é desenvolvido, o qual força a identidade coletiva sob o indivíduo, além de estabelecer uma visão étnica e religiosa, a qual entra facilmente na pessoa perturbada com fins de preenchimento dessa perturbação, só danifica ainda mais a identidade individual. Assim, Volkan (2005) relata que, uma vez que as pessoas se tornam candidatos a homens-bomba, as regras e regulamentos de rotina, ou o individualismo, por assim dizer, não se aplicam totalmente aos seus novos padrões de pensamento e ação.

O CORPO HUMANO COMO UMA ARMA TERRORISTA

Embora seja tentador comparar os Assassins aos mártires jihadistas contemporâneos, é importante ressaltar que a visão de martírio deles foi baseada em uma forma sectária do Islã. Na verdade, eles esperavam, por meio de seu sacrifício, ajudar a criar um mundo melhor. Segundo Chaliand e Blin (2007), o mundo de hoje está enfrentando um problema diferente: os membros palestinos do Hamas e seus homens-bomba são motivados principalmente pelo desejo de vingança contra um mundo ímpio, enquanto esperam que suas ações lhes garantam alegrias e um lugar no paraíso. Segundo Durkheim (2000), como é uma virtude não ter apego à existência, louva-se aquele que renuncia a ela diante das

menores circunstâncias; entende-se, assim, o suicídio como um prêmio social. Assim, “o indivíduo aspira a se despojar de seu pessoal para mergulhar nessa outra ‘coisa’, que ele percebe como sua verdadeira existência” (DURKHEIM, 2000, p. 280). Foi somente no século XX que o conceito do mártir militante desenvolveu-se plenamente no contexto do islamismo radical.

Tendemos a pensar sobre suicídio como algo muito individual e pessoal. O suicídio, nesse caso, será tratado como um fenômeno social, justamente por compor uma comunidade. A bibliografia de Durkheim (2000) serve, até hoje, como referência devido ao seu trabalho metodológico acerca desse tema. Segundo o autor, para que um ato seja considerado suicida, deve haver intenção, a qual pode variar – não necessariamente deve visar à autodestruição –; pode ser individual e negativa, como, por exemplo, as greves de fome. Já os homens-bomba não têm como objetivo principal sua própria morte; ao contrário, querem matar e provocar a destruição de outros e, por isso, usam o corpo como arma - sua morte seria um ato secundário. Aos que se comprometem as greves de fome, podem ser chamados de suicidas desde que sua intenção seja a morte. Além disso, “o indivíduo deve estar ciente das consequências de seus atos para que o mesmo seja qualificado como suicídio” (DURKHEIM, 2000).

Durkheim (2000) diz que quando o indivíduo está muito integrado com a sociedade, ele comete suicídio altruísta; quando a conexão é fraca e/ou pouca, é considerado um ato egoísta. Neste caso, somente o suicídio altruísta entrará em pauta, uma vez que “a sociedade pesa sobre o indivíduo para levá-lo a se destruir” (DURKHEIM, 2000, p. 273). A partir desse pensamento, a pessoa teria o dever de se matar; caso contrário, seria condenada a uma vida terrível no além-túmulo. Assim, a sociedade obriga e determina as condições e circunstâncias que tornam o suicídio exigível – nesse caso, com fins sociais. Portanto, ainda seguindo a linha de pensamento do autor, para que a sociedade possa coagir alguns de seus membros a terminarem com suas vidas, é preciso que a personalidade individual tenha pouca importância. Diante disso, a hiperdependência de um indivíduo na sociedade torna-se seu polo de conduta.

A partir do conceito de integração, Durkheim (2000) passa a abranger a educação e religião como um meio para determinado fim. Por exemplo, o autor diz que o desejo de aprender é mais forte entre os protestantes do que entre católicos e, assim, evidencia-se que a porcen-

tagem de suicídios é maior entre as classes sociais com maior nível educacional. Portanto, pode-se dizer que protestantes não estão mais propensos a cometer suicídio do que católicos pelo fato de serem mais escolarizados. Quanto mais o indivíduo aprende, mais ele deixa as doutrinas e constrói um pensamento crítico, deixando a consciência coletiva. Exemplificando, era comum do catolicismo que somente os padres lessem a Bíblia, impedindo, assim, o desenvolvimento cognitivo das massas, mantendo a fácil manipulação da população. Isso fica evidente entre a Irlanda e a Irlanda do Norte, no caso, Grã Bretanha, a qual a primeira define-se como católica e majoritariamente rural enquanto, na mesma época; a segunda era protestante e já passava pela Primeira Revolução Industrial. Dingley e Mollica (2007) escrevem que os protestantes eram majoritariamente urbanos e industriais, além de serem orientados culturalmente pela Inglaterra. Assim, os protestantes da Irlanda do Norte eram hostis ao catolicismo irlandês, uma vez que “por compartilharem de valores científicos tornaram-se veementemente contrariados pela Igreja católica” (DINGLEY; MOLLINA, 2007, p. 4).

Partindo do ponto estabelecido por Durkheim, o de que os católicos são muito mais propensos a cometer suicídio do que os protestantes, tal ideia concretiza-se uma vez que “nenhum dos grevistas irlandeses era protestante” (DINGLEY; MOLLINA, 2007, p. 11). Todos provinham de famílias afiliadas ao catolicismo tradicional, com um perfil sociocultural e econômico. Em relação à educação, “nenhum dos 10 grevistas tinham ensino superior e apenas três haviam terminado o ensino fundamental” (DINGLEY; MOLLINA, 2007, p. 11). Como somente alguns republicanos eram protestantes, o perfil dos indivíduos participantes das greves de fome reforçou a índole republicana, sendo uma delas a habilidade de estabelecer laços intensos entre a comunidade.

Em vista disso, outro conceito a ser abordado a fim de entendermos melhor como se estabelece o pensamento coletivo e individual de um grupo terrorista é o fenômeno do contágio, inicialmente descrito por Gustave Le Bon. Le Bon (1895) deu início à primeira teoria sociológica sobre comportamento coletivo. Alguns anos depois, Robert Park continua a pesquisa de Le Bon e explica como o contágio ocorre socialmente, dentro da dinâmica de um grupo – o

termo contágio é utilizado para explicar a transmissão de pensamentos, ideias e comportamentos de um indivíduo para todo um grupo. A teoria parte da premissa de que as pessoas podem ficar temporariamente loucas e irracionais dentro de um grupo e só voltarão ao normal quando saírem dessa situação.

Segundo Park (1921), as pessoas se conectam de maneira intensa durante períodos de estresse e desordem; conceito facilmente identificável em grupos com conotação terrorista, uma vez que os indivíduos agrupam-se a fim de realizarem uma mudança, normalmente radical, na sociedade em que estão inseridos. Através dessa interação, seu comportamento pode ser denominado como social porque, defende Park (1921), seus pensamentos e ações são influenciados pelos atos de todos os outros indivíduos do grupo; ou seja, cada pessoa age coletivamente, de acordo com o desejo da sociedade em que está e, inconscientemente, vivendo de acordo a regras já aceitas e obedecidas por todos. Assim, esse sentimento de interação leva os indivíduos a pensarem que todos querem a mesma coisa, têm o mesmo pensamento e almejam as mesmas metas. Portanto, “essa reação circular produz o contágio” (PARK, 1921, p. 816). As pessoas apoiam esse comportamento através da imitação, até todos estarem agindo da mesma forma. Como exemplo, podemos analisar o Hamas e os homens-bomba; uma vez que um membro se engaja no pensamento suicida de característica altruísta, estando dentro de uma sociedade ou grupo e, devido a essa forte inserção, outros indivíduos passam a imitá-lo e defender a ideia inicial como se fosse algo inato. Diante dessa situação, todos acreditam que esse é o comportamento correto pelo simples fato de que todos estão fazendo a mesma coisa.

O caso das greves de fome do IRA não se difere. Mesmo os presos não estando convivendo diariamente juntos, pois estavam encarcerados e são denominados criminosos – ou seja, não tem o direito de se relacionarem com outros detentos –, Park (1921) explica que essa influência pode ocorrer mesmo quando as pessoas não estão no mesmo lugar ao mesmo tempo. Desde que os indivíduos estejam de alguma maneira cientes do comportamento dos outros, isso influencia diretamente seu estado de espírito e, conseqüentemente, seu comportamento, criando uma mentalidade grupal. Por tanto, uma vez engajado na causa, Bobby Sands tomou a decisão de parar de comer e, coletivamente, o grupo decidiu segui-lo, sempre apoiando e reforçando a causa, toman-

do a ação como sua. Para Dingley e Mollina (2007), a habilidade de estabelecer laços com a comunidade era crucial. Identificando-se como “normais” ou “iguais”, a maioria dos membros da comunidade católica nacionalista conseguia colocar-se no lugar dos grevistas, simpatizar com eles e partilharem do mesmo sentimento de angústia. Como descrito por Le Bon (1895), Dingley e Mollina (2007) reforçam, mais de 100 anos depois, a mesma ideia: tal ligação emocional é capaz de anular o racional no senso coletivo.

Por último, em territórios Palestinos, existe, atualmente, o culto do mártirio. Speckhard (2005) relata que, a partir de uma idade muito jovem, as crianças são introduzidas em uma consciência coletiva que homenageia e admira mártires, incluindo homens-bomba que sacrificaram suas vidas para a luta contra, como é percebida pelos palestinos, a ocupação injusta de suas terras. Histórias são contadas para as crianças e colares são comumente utilizados como meio de veneração aos mártires, exaltando as virtudes dos mesmos. Outra maneira de perpetuar na sociedade, para Speckhard (2005), é através do vídeo, uma vez que cada suicida grava um “testamento” para ser passado na televisão e, conseqüentemente, visto pela maioria da população, nesse caso, palestina. Apesar da tristeza da família e amigos deixados para trás, os funerais de mártires são geralmente acompanhados com muita organização e devoção da comunidade. Esse “culto ao mártirio”, o qual tem raízes culturais de longa data – a honra aos mártires –, desenvolve-se muito mais nas últimas décadas, com o primeiro ato de terrorismo suicida em Israel ocorrido há apenas 23 anos atrás.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao descrever o IRA e o Hamas, ambos grupos de libertação nacional, e analisar como os dois tratam o indivíduo dentro da organização, fica evidente a relação entre eles. A utilização dos membros de maneira material para fins bélicos é perceptível muito mais no caso dos homens-bomba do que nos indivíduos que praticam greve de fome, uma vez em que, como Durkheim (2000) defende, deve haver a vontade de morrer acima de qualquer outro objetivo. Não fica evidente esse desejo como principal durante as greves de fome; pode-se caracterizá-las como uma forma de protesto com conotação

terrorista a fim de desequilibrar o inimigo psicologicamente, mas não como uma arma de guerra. Já os homens-bomba anseiam pela sua morte, pois, como descrito anteriormente, há uma vontade pelo martírio estabelecido dentro da sua comunidade, após sua morte.

Uma vez que o principal foco desse trabalho é analisar a relação do corpo humano como uma arma de guerra em táticas terroristas, em ambos os grupos, acredita-se que foi concretizado. Após analisar mais profundamente os dois movimentos e a interação de ambas comunidades, fica claro a semelhança não só militar, mas de pensamento. Um grupo buscou aprender com o outro para não errar no futuro - caso do IRA, procurar obter dicas com um sobrevivente palestino de uma greve de fome. Por fim, acredita-se que pelo fato do IRA ter a possibilidade de ter “sobreviventes”, e, para o Hamas isso seja praticamente impossível, torna-se aparente o quanto o corpo humano é utilizado como tática de guerra para o grupo muçulmano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEGIN, Menahem. **The Revolt: Story of the Irgun**. Jerusalem: Steimatzky, 1977.

CHALIAND, Gerard e BLIN, Arnaud. **The history of terrorism: from Antiquity to Al-Qaeda**. Londres: University of Caroline press, 2007.

DINGLEY, J.C. e MOLLICA, M. **The Human Body as a Terrorist Weapon: Hunger Strikes and Suicide Bombers**. Studies in Conflict and Terrorism, Volume 30, Edição 6, 2007.

DURKHEIM, Émile. **O Suicídio**. 1ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 3ª edição. São Paulo: Atlas, 1991.

GODOY, A. S. **Introdução à Pesquisa Qualitativa e suas Possibilidades**. RAE - Revista de Administração de Empresas, 1995.

GOOGAN, Tim. **The IRA**. New York: Palgrave, 2002.

HANLEY, Brian e MILLAR, Scott. **The Lost Revolution: The Official IRA and the Worker's Party**. Irlanda: Penguin Books, 2010.

LE BON, Gustave. **The Crowd: A Study of the Popular Mind**. França, 1895.

MINAYO, M.C. de S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 22 edição. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MCQUEEN, Steve. Hunger. [Filme-Vídeo]. **Produção de Laura Hastings-Smith e Robin Gutch, direção de Steve McQueen**. Inglaterra e Irlanda, Northern Ireland Screen, 2008.1 DVD, 90 min. color.som.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

PARK, Robert. **Introduction to the Science of Sociology**. Chicago: The University of Chicago Press, 1921.

POWELL, Robert. **International Terrorism Since 1945: Season 1, Episode 4 and 5 - PLO, Fatah and Hamas**. [Documentário/Série-Vídeo]. Inglaterra, UKTV History, 2009.

SHARIATI, Ali. **Martyrdom**. Islamic Renaissance Series, TheMulsin View, e-Book, 2011.

SPECKHARD, Anne. **Understanding Suicide Terrorism: Countering Human Bombs and Their Senders**. Weintraub Atlantic Council Publication, Volume I, 2005.

VOLKAN, Vamik. **Suicide Bombers**. Estados Unidos: Virginia University Press, 2005.

DA GUERRA AO TERROR À PRESENÇA CHINESA NA ÁFRICA: A CRIAÇÃO DO AFRICOM E A SUA LÓGICA

*FROM THE GLOBAL WAR ON TERROR TO THE CHINESE PRESENCE IN AFRICA:
THE CREATION OF AFRICOM AND ITS LOGIC. HE BRAZILIAN*

João Paulo de Moura Alves¹

RESUMO

Em uma situação propícia para a sua expansão de poder, os Estados Unidos começaram, a partir do fim da Guerra Fria, em uma política de aumento de sua presença ao redor do globo. A sua posição de potência incontestável foi, no entanto, pouco duradoura. Novos polos de poder emergiram e passaram a ameaçar os seus interesses econômicos e políticos em diversas regiões. Nesse sentido, cabe compreender como a África se encaixa nesse status de foco de disputa entre potências mundiais e como os Estados Unidos estruturaram sua política externa africana. Dada a necessidade de garantir a sua segurança energética frente à expansão chinesa na economia mundial, é pertinente a análise de um aspecto pontual da inserção estadunidense na África: o recente empreendimento do AFRICOM e seus significados para a conjuntura internacional.

PALAVRAS-CHAVE: AFRICOM; África; Estados Unidos.

ABSTRACT

In a situation favorable to its power expansion, the United States engaged, since the end of the Cold War, in a policy towards increasing its presence around the world. Its position of undisputed power, however, lasted for little time. New power poles emerged and started to threaten the U.S. economic and political interests in many regions. In that sense, it is important to understand how Africa fits in this scenario of power struggle between countries, and how has the United States structured its African foreign policy. Given the need to assure its energetic security in view of the Chinese expansion in the world economy, it is relevant to analyze a punctual aspect of the U.S. attention to Africa: the recent enterprise of the creation of AFRICOM and its impacts on the international conjuncture.

KEYWORDS: AFRICOM; Africa; United States.

¹ Estudante de graduação em Relações Internacionais na UFRGS. Email: joaop.ma22@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O presente artigo se propõe a versar sobre a política externa dos Estados Unidos para a África, focando-se principalmente nos seus aspectos securitários durante o período da Administração de George W. Bush, de 2001 a 2009. A partir desse objetivo geral, propõe-se a investigar o que a criação de um Comando Unificado Combatente específico para a África representa na atual conjuntura internacional. Para tal, dividimos o trabalho em três partes: (1) as motivações por trás da criação do Comando; (2) a lógica de funcionamento e as contradições do AFRICOM; (3) a presença Chinesa no continente como contraponto à influência estadunidense.

A primeira seção objetiva apontar quais são os principais ímpetus que levaram os Estados Unidos a novamente criar uma estratégia para a África no início do século XXI, após o fim da Guerra Fria. A partir da percepção da importância do continente para a sua segurança – principalmente energética – os Estados Unidos passaram a organizar iniciativas que vinculassem a África ao seu espaço de influência. Partindo do pressuposto de que o fator primordial que levou os Estados Unidos a voltarem a sua atenção ao continente foi a necessidade de assegurar o acesso a fontes de petróleo, cabe mostrar de que forma a Guerra Global ao Terror foi utilizada como um instrumento para militarização do continente na tentativa de satisfação dessa necessidade.

A segunda seção tenta inicialmente explicar a lógica por trás do funcionamento do AFRICOM, mostrando a o que ele oficialmente se propõe e como deveria funcionar, para depois mostrar as contradições de sua execução. O AFRICOM, nesse sentido, é entendido como marco do novo engajamento estadunidense no continente africano, ao concretizar o estabelecimento de um comando militar específico para a África. Porém, a despeito da retórica do Comando e da suposta estratégia norte-americana de colaborar com a África para o fortalecimento das capacidades estatais dos países e do advento da democracia, as práticas estadunidenses evidenciam puramente a defesa de seus interesses estratégicos.

A terceira seção, por fim, se propõe a mostrar como a presença chinesa na África vem crescendo desde o início do século XXI, e a forma como os Estados Unidos enxergam esse fenômeno. Dessa maneira, busca-se avaliar em que medida a política africana chinesa difere

da norte-americana, e de que forma essa se mostraria como uma ameaça aos interesses dos Estados Unidos no continente. Compreende-se, por fim, que a presença chinesa no continente africano pode vir a ser uma ameaça à segurança dos EUA uma vez que tem posto em risco o acesso a um ponto geoestratégico vital para o interesse de Washington – o Golfo da Guiné.

O NOVO CENÁRIO INTERNACIONAL E OS EUA NA ÁFRICA

Frente aos atuais interesses norte-americanos de afirmarem sua presença e influência no continente africano, busca-se aqui compreender quais foram os ímpetus que levaram o país a elaborar uma nova estratégia para o seu engajamento na África no século XXI. Desse objetivo, deriva a hipótese de que o fator que levou os Estados Unidos a, mais uma vez, voltarem sua atenção para o continente foi, grosso modo, a necessidade de encontrar e assegurar o acesso a fontes de petróleo alternativas ao Oriente Médio. Assim, busca-se investigar, nesta seção, a forma como os Estados Unidos, em uma conjuntura que favoreceu a sua projeção de poder, instrumentalizaram a chamada Guerra Global ao Terror na busca desse objetivo.

Logo após o término da Guerra Fria, a Administração Clinton foi responsável pelo aprimoramento de uma nova Grande Estratégia para a política externa norte-americana, formulada durante o fim do governo de George H. Bush. Os Estados Unidos, não mais em um contexto mundial de bipolaridade, desenvolveram e seguiram a chamada política de ‘dominação global’, buscando a manutenção da primazia estadunidense nas relações internacionais. Nessa situação, os EUA, com o seu poder extraordinário frente aos demais países, tentaram liderar um mundo unipolar enquanto levavam a democracia para as nações ‘menos desenvolvidas’. O país, segundo essa doutrina, deveria ser o responsável por, sem constrangimentos, ditar as ordens do sistema mundial e estar pronto para fazê-las serem cumpridas, além de ter a responsabilidade de interferir nos assuntos internos dos demais Estados (MEARSHEIMER, 2011).

George W. Bush deu continuidade a essa estratégia global, aproveitando-se dos eventos de 11 de setembro de 2001 para legitimar uma política externa ainda mais agressiva. A sua vertente de ‘dominação global’, formu-

lada pelos chamados neoconservadores, mostrava que os Estados Unidos poderiam contar profundamente com seu aparato militar para lidar com os assuntos que lhes interessassem em todo o planeta. Partindo desse pressuposto e a fim de legitimá-lo, declararam a chamada Guerra Global ao Terror (GWOT) (MEARSHEIMER, 2011). Assim, sendo o terrorismo uma ameaça transnacional, o país passou a considerar o mundo todo como um cenário unificado para possíveis operações militares, acentuando sua presença e infraestrutura militar em todo o globo (HÖRING; WEBER; CLOSS, 2014).

A Guerra Global ao Terror dos EUA iniciou com a missão de buscar e destruir os centros de comando do grupo terrorista conhecido como *Al-Qaeda*, provável responsável pelos atentados em Nova York. Em 2001, as forças armadas dos Estados Unidos invadiram o Afeganistão, país governado pelos Talibãs e que supostamente apoiava a rede terrorista. A *Al-Qaeda* logo sucumbiu e perdeu seu abrigo pela força da invasão, mas não foi totalmente destruída. A organização dispersou-se por diversas regiões do Oriente Médio, desde o Paquistão, até a Síria e a África (ROBERTO; MELOS, 2014). A esta última região, os Estados Unidos têm dado atenção inédita desde o início dos anos 2000, tendo em vista a crescente importância estratégica do continente.

Com a dispersão da ameaça terrorista para outros locais, a política externa de Washington encontrou justificativa para exercer sua estratégia de dominação de forma mais abrangente. Entre 2002-2003, o governo norte-americano deu início a tentativas de fabricar ameaças terroristas na região do norte africano e do Saara-Sahel, a fim de legitimar a aplicação da GWOT também nessas áreas (KEENAN, 2013). O primeiro projeto para a região surgiu com a formulação da chamada Iniciativa Pan-Sahel (PSI) de 2002, a qual compunha uma rede de cooperação entre os Estados Unidos e países como Chade, Mauritânia, Níger e Mali para o envio de equipamentos e pessoas com o objetivo de controlar fronteiras e garantir a segurança desses Estados frente à ameaça terrorista. O programa, no entanto, não tinha grandes pretensões nem grandes dimensões (COPSON, 2007).

Logo, a PSI deu lugar a uma outra tentativa de organizar a luta contra o terror no Saara-Sahel, a chamada Iniciativa Trans-Saara de Combate ao Terrorismo, de 2005. O novo programa agora apresentava uma envergadura financeira muito maior, mas tinha o objetivo

oficial semelhante de melhorar as capacidades de segurança dos países da região, incluindo também Nigéria e Senegal (HANSON; U.S. AFRICA COMMAND, 2007). Apesar de ser um programa administrado por diversas agências do governo norte-americano e de ter um caráter teoricamente mais humanitário e de assistência às populações locais, era majoritariamente comandado pelo Departamento de Defesa, o que levantava questões quanto à dimensão do envolvimento militar no projeto (COPSON, 2007).

Entretanto, as duas iniciativas por si só não eram suficientes para mobilizar o país a se engajar na região da mesma forma como fazia no Oriente Médio. Tendo em vista a necessidade de mudar essa situação, os Estados Unidos iniciaram a chamada 'Guerra de Informação', divulgando, através da mídia internacional, incidentes relacionados com a suposta ameaça terrorista na região do Saara. A partir de 2006, então, pequenos incidentes no Mali e na Argélia, aparentemente separados, deram espaço para o clamor norte-americano da necessidade de se envolver mais profundamente no continente africano. Os eventos foram todos conectados em uma grande teoria da conspiração e em uma única narrativa que apontavam para a crescente ameaça que a *Al-Qaeda* do Maghreb Islâmico (AQIM) representava para a Europa, o Sahel e outras partes da África (KEENAN, 2013).

Juntamente à GWOT e com objetivo similar de justificar uma postura invasiva no continente africano, a Administração Bush foi responsável pela nova Política Nacional de Energia, lançada em 2001. Em termos gerais, a nova política buscava diversificar as fontes de recursos energéticos das quais os EUA dependiam a fim de se desvincular aos poucos da sujeição ao petróleo do Oriente Médio. A crescente instabilidade daquela região, em parte provocada pelos próprios norte-americanos, ameaçava seriamente sua segurança energética. A saída encontrada era alterar o foco de sua geopolítica de energia para a África, tentando assegurar para si o controle de uma parcela das jazidas de petróleo da Costa Oeste do continente (KLARE; VOLMAN, 2006).

Marco dessa nova geopolítica energética foi o Relatório Cheney, do então Vice-Presidente Dick Cheney, que evidenciava formalmente a importância do petróleo africano para a estratégia estadunidense. O relatório se mostrava praticamente como um manifesto para a conquista das regiões ricas em petróleo do continente pelas multinacionais de energia no século

XXI. Mais especificamente, a região do Golfo da Guiné foi apontada pelo Assistente de Secretário de Estado para a África, Walter Kansteiner, como uma área estratégica vital para os interesses norte-americanos, e os seus recursos, principalmente o petróleo, constituíam uma prioridade para os Estados Unidos após o 11 de Setembro (SMITH, 2013). O relatório ainda enfatizava a dependência que os EUA teriam frente ao petróleo africano no futuro, que já em 2007 superava as importações vindas do Golfo Pérsico. As estimativas apontavam que 25% das importações totais de petróleo dos EUA teriam origem no Golfo da Guiné no ano de 2015 (KEENAN, 2013).

Uma das maiores preocupações apresentadas após a formulação do Relatório Cheney era quanto à situação econômica da região na qual se exploraria o petróleo, dado o histórico de corrupção e desrespeito ao Estado de Direito. As medidas tomadas nesse sentido focaram-se inicialmente apenas na promoção de um ambiente propício ao investimento estrangeiro das multinacionais petrolíferas, através da diplomacia e de acordos bilaterais que permitissem o aprimoramento do setor energético em países como Nigéria, Angola e Congo (KLARE E VOLMAN, 2006). No entanto, à luz da necessidade vital de garantir a sua segurança energética frente às ameaças representadas pelas potências emergentes, os Estados Unidos de George Bush acabam reconhecendo a indispensabilidade de assegurar seus interesses no continente através do uso de seu poder militar.

A partir daí, começam a se concretizar medidas para manejo da região focadas no controle, monitoramento e prevenção contra conflitos armados e na manutenção da paz. Nesse contexto, Bush resolve lançar o país em uma campanha de militarização do continente que, apesar de ter claramente objetivo de comando sobre recursos, fundamentava-se na GWOT (KEENAN, 2013). Prelúdio para a expansão da presença militar dos EUA na África se configura, então, através da reativação de sua IV Frota Naval no Atlântico Sul, em julho de 2008. A IV Frota, responsável pela segurança da parcela sul do Atlântico, evidencia a estratégia desenvolvida pelo país no sentido de controlar as rotas marítimas desse espaço oceânico e ser capaz de projetar sua força nos dois continentes que o circundam. Meses depois, em outubro de 2008, foi criado o Comando dos Estados Unidos para a África, institucionalizando de fato a militarização do continente (HÖRING; WEBER; CLOSS, 2014).

A CRIAÇÃO DO AFRICOM: SUA LÓGICA E SUAS CONTRADIÇÕES

O Comando dos Estados Unidos para a África, conhecido como o AFRICOM, é um comando militar criado durante o governo de George W. Bush para a defesa dos interesses norte-americanos no continente. Após um planejamento de aproximadamente dez anos, a iniciativa foi anunciada publicamente em 2007 e entrou em exercício no ano de 2008. Anteriormente, os assuntos de defesa relacionados ao continente africano ficavam a cargo de outros três comandos em separado: o Norte, Oeste, Centro e Sul do continente eram responsabilidade do EUROCOM, o comando da Europa; o chifre da África ficava sob a responsabilidade do CENTCOM, o comando do Oriente Médio; e as ilhas do Índico e Madagascar ficavam sob o controle do PACOM, o comando do Pacífico. Com a iniciativa, o governo passa a ter um “comando unificado combatente” para lidar com os problemas, cada vez mais relevantes, que ameaçam a segurança dos Estados Unidos na África (HANSON; U.S. AFRICA COMMAND, 2007).

A proposta básica do AFRICOM é ampliar os esforços estadunidenses na busca pela paz e segurança das populações africanas, objetivando também o avanço dos interesses de segurança nacional na África, através de engajamentos sustentáveis e atividades militares conjuntas com tropas locais. Dessa forma, através da cooperação e assistência que o comando busca dar aos Estados africanos, seria possível assegurar indiretamente a supressão das ameaças locais, como grupos militares não estatais, associações políticas antidemocráticas e ameaças transnacionais (U.S. STATE DEPARTMENT, 2015). Em suma, como afirmam oficiais do Pentágono, o AFRICOM se propõe a ser um Comando interagência do governo norte-americano, com funções tanto civis quanto militares, que “previne problemas de se tornarem crises, e crises de se tornarem conflitos” (HANSON; U.S. AFRICA COMMAND, 2007).

Nesse sentido, a lógica do AFRICOM se configura através de programas de cooperação securitária, operações de paz e exercícios militares conjuntos. Em cooperação securitária, destaca-se o programa de Treinamento e Assistência aos Contingentes Operacionais Africanos, conhecido como ACOTA, que visa aperfeiçoar as capacidades militares africanas provendo mentores, treinadores e conselheiros táticos e estratégicos.

Quanto à realização de exercícios militares conjuntos com as forças armadas locais, destaca-se o Exercício *Flintlock* que ocorre anualmente com os países da Iniciativa Trans-Saara de Combate ao Terrorismo no Norte e Oeste africanos e é voltado para o incremento das habilidades nacionais no combate às ameaças transnacionais na região do Saara-Sahel (U.S. STATE DEPARTMENT, 2015).

Oficialmente, portanto, os Estados Unidos negam quaisquer tentativas de estabelecer sua presença permanente no continente através do AFRICOM. Em 2008, após países como Nigéria, Marrocos e até todos os pertencentes à Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral negarem a possibilidade de serem sedes para a base oficial do AFRICOM, George W. Bush declarou que não buscava estabelecer novas bases militares na África. Em função disso, a alternativa ao Comando foi a de trabalhar com os chamados *Forward Operating Sites* (FOS), instalações que dão suporte a operações, mas com pequena presença permanente de tropas e funcionamento rotativo, e as *Cooperative Security Locations* (CSL), instalações do próprio país sede com pouca ou nenhuma presença militar permanente, mas com equipamentos e arranjos logísticos para operações de segurança (GLOBAL SECURITY, 2015).

O discurso, no entanto, difere em muitos aspectos da prática real, e são evidentes as contradições na política externa norte-americana para a África. Em função disso, líderes governamentais africanos veem com certa descrença a iniciativa do AFRICOM e a sua proposta de ser uma via de ação mais humanitária das forças armadas norte-americanas, como afirma Gerrie Swart, professor de Ciência Política na Universidade da África do Sul. Já Ezekiel Pajibo, antigo líder do Centro de Empoderamento Democrático da Libéria, afirma que isso se configura como mais uma iniciativa dos Estados Unidos no sentido de formar uma “nova frente” de combate ao terrorismo e, assim, suprimir suas necessidades de fornecimento de petróleo, ao mesmo tempo em que neutraliza a crescente influência chinesa (GLOBAL SECURITY, 2015).

A proposta de “segurança e desenvolvimento” da estratégia dos EUA, na verdade, não se concretizou nos anos seguintes à formação do Comando. Pelo contrário, desde que começaram a se delinear as medidas de combate ao terrorismo no Sahel, em 2003, a presença norte-americana na região tem sido diretamente responsável por severa escassez econômica, perturbações

políticas, rebeliões e crimes contra populações civis. Nas suas duas grandes operações de combate ao terrorismo na África, na Somália e no Sahel, as forças armadas estadunidenses, como nota Catherine Besteman, orquestraram ataques brutais a populações locais, deram suporte a governos impopulares e mais fomentaram do que de fato reduziram a ameaça apresentada pela Al-Qaeda (KEENAN, 2013).

Em suma, a principal contradição se apresenta nessa retórica de construção de capacidades estatais e segurança para promoção da autonomia dos países do continente e de promoção do seu desenvolvimento socioeconômico. Na verdade, o AFRICOM se configura como a cristalização de uma estrutura, embasada na Guerra Global ao Terror, de inserção militar estadunidense, principalmente no Oeste africano. Prova disso se encontra na ascensão do próprio grupo AQIM, anteriormente chamado de Grupo Salafista para Pregação e Combate, que logo após a criação do AFRICOM recebeu o *status* de braço da Al-Qaeda legitimando, dessa forma, a presença dos Estados Unidos. Assim, foi conseguida a instalação dos conselheiros e mentores estadunidenses nas forças armadas da região, permitindo a penetração do comando nos centros de decisão de alguns países do Sahel e tornando-os clientes ou *proxys* dos Estados Unidos, em condição de evidente dependência (DRAISTER, 2012).

Dessa forma, parece confirmar-se que a estratégia dos Estados Unidos para a África visa unicamente à manutenção da segurança, principalmente energética, do país. Os interesses de “promoção de paz e estabilidade” esbarram na necessidade de assegurar seu controle sobre pontos vitais do continente, como o Oeste africano e o Golfo da Guiné. Nesse sentido, os EUA temem as ameaças chinesas de controle sobre esses pontos geoestratégicos, visto que Pequim se faz cada vez mais presente através de sua crescente expansão econômica e, mais recentemente, através do início de sua expansão militar no exterior.

O CONTRAPONTO CHINÊS NO CONTINENTE AFRICANO

Até aqui, com o desenvolvimento da pesquisa, tornou-se evidente o fato de que o continente africano tem se reinserido no contexto estratégico das grandes potências. Como mostra Vistentini (2013), nas Rela-

ções Internacionais Contemporâneas, a África aparece como objeto de nova disputa, tendo como protagonistas de tal processo as potências emergentes, ao invés das antigas metrópoles. É interessante notar, nesse sentido, que tal inserção estratégica dos países, ilustrada no caso chinês, passou praticamente despercebida dos europeus e norte-americanos até a crise de 2008. A partir daí, esses países partiram para uma ofensiva diplomática visando combater seus eficientes competidores que tornou a África uma zona pivô da grande política internacional.

Assim sendo, esta seção objetiva explicar a presença chinesa como um contraponto à histórica dominação ocidental sobre a política africana. Para tal, iniciamos abordando as relações sino-africanas sob uma perspectiva histórica a fim de compreender os seus desenvolvimentos atuais, além de tentarmos explicar as motivações que levaram ao crescimento da presença e da influência chinesa na África. Em sequência, busca-se frisar em que medida os esforços da China, tanto no âmbito político como no âmbito econômico, diferem da posição comumente adotada pelos EUA. Por fim, tenta-se concluir mostrando de que forma a China apresenta uma ameaça aos interesses norte-americanos na África, principalmente àqueles relacionados com a sua segurança energética e com o Golfo da Guiné, e como isso se relaciona com as duas seções estudadas anteriormente.

As relações sino-africanas com dimensão expressiva para o sistema internacional começaram a se constituir a partir da segunda metade do século XIX. De 1850 até 1950, estabeleceu-se um vínculo econômico entre as duas partes, baseado no comércio de *coolies*, os trabalhadores braçais forçados oriundos do continente asiático. A partir de 1950, com a formação da República Popular da China e no contexto da Guerra Fria, começaram a se criar os vínculos políticos entre as duas regiões. Essa relação torna-se evidente quando, em meio ao processo de descolonização do continente africano, organiza-se a Conferência de Bandung, dando início à chamada “Cooperação Sul-Sul”. Entretanto, com o governo de Deng Xiaoping, nos anos 1980, há uma pequena retração da política africana chinesa em função das reformas internas e da busca pelo desenvolvimento econômico do país, forçando a África a voltar-se aos interesses econômicos dos países do Norte (ADISU; SHARKEY; OKOROAFU, 2010).

A partir de 1990, com o fim da autossuficiência petrolífera chinesa, o país passou a buscar petróleo em mercados onde os Estados Unidos ainda não estivessem presentes. Dessa forma, a China expandiu sua presença no continente africano, impulsionando as relações sino-africanas. Isso se concretiza através do incremento de comércio e investimentos no continente, com os *joint ventures* e com o Fórum de Cooperação China África (FOCAC), criado em 2000, e com o aumento da complexidade e abrangência das relações de cooperação na arena político-diplomática, ilustrado pelas viagens do alto escalão político chinês (VISENTINI, 2013).

Assim, as motivações chinesas que impelem Pequim a expandir seu interesse estratégico na África podem ser sintetizadas em: o interesse político de incrementar a projeção diplomática do país em órgãos multilaterais no sistema internacional; o desejo de vincular o continente africano, um mercado consumidor em pleno crescimento, às dinâmicas de comércio e investimento da China; a necessidade de ter acesso a fontes de petróleo e outros recursos naturais, para dar continuidade ao processo de crescimento econômico e industrial dos últimos anos.

Visentini (2013) ilustra de forma clara um dos motivos do impulso chinês para a África, qual seja o caráter de parceria estratégica que os países do continente representam para a China, não somente por razões conjunturais, mas também estruturais. Para ela, Estados-clientes sem importância econômica ou política pouco contribuem para a sua estratégia de realinhamento da balança de poder. O continente africano, representando aproximadamente 25% dos países do planeta tem, portanto, um peso político muito importante. Isso porque a África representa, para Pequim, uma oportunidade especial para aumentar sua credibilidade em organizações internacionais e ampliar sua força diplomática, promovendo a ideia do país como um polo alternativo na política mundial e viabilizando a construção de uma ordem multipolar.

Em outro sentido, o comércio e investimento chineses representam parte importante da parceria, uma vez que cobrem uma vasta gama de setores, como infraestrutura, educação, informação e tecnologia, e se espalham por praticamente todo o continente, não somente em países abundantes em recursos naturais. Em termos de investimento, grande parte dos Investimentos Estrangeiros Diretos (FDI) do país toma como rumo as companhias de manufaturados, de constru-

ção e de finanças, possibilitando um crescimento inédito aos países africanos. Em termos de comércio, a China é responsável pela exportação de produtos manufaturados de baixo valor agregado para o mercado africano. Apesar das críticas direcionadas ao padrão de comércio entre Pequim e o continente, alegando que a China estaria competindo e desbancando os produtos africanos no mercado internacional, análises mais aprofundadas mostram que existe uma baixa taxa de sobreposição dos bens produzidos pelos dois, excetuando-se no setor têxtil. Pelo contrário, parece que as exportações chinesas têm se concentrado em setores que o continente já necessitava de importações, permitindo que a África agora tenha acesso a bens muito mais baratos do que os fornecidos pelos países do Norte (JAFRANI, 2012).

É inegável, no entanto, o fato de que a China precisa do continente africano como fornecedor de matérias primas e recursos naturais. Nesse sentido, muitas das parcerias estratégicas que a China vem estabelecendo nos últimos anos têm envolvido países ricos em petróleo, como Angola, Sudão Nigéria e Gabão. Angola, por exemplo, configura-se como o maior fornecedor de petróleo para Pequim, ultrapassando a Arábia Saudita nos anos 2000. Por outro lado, Nigéria mantém as potências Ocidentais como seus principais parceiros econômicos, apesar de contar com algumas empresas chinesas que atuam no setor. As reservas da África Subsaariana, em 2007, chegavam à marca de 117 bilhões de barris, representando quase 5% das reservas mundiais (VISENTINI, 2013).

A Nigéria tem importância vital por ser, atualmente, o maior produtor de petróleo do continente africano, com reservas de aproximadamente 36,2 bilhões de barris e produção diária de aproximadamente 2,2 milhões. As relações sino-nigerianas tornaram-se significativas ao longo do governo de Olusegun Obasanjo, de 1999 até 2007, após a criação do FOCAC, quando presidente nigeriano adotou uma política econômica baseada na chamada troca de “Petróleo por Infraestrutura”. Dessa forma, Pequim conseguiu firmar diversos contratos nos quais, comprometendo-se com o fornecimento de grandes projetos de infraestrutura, receberia em troca acesso a blocos de petróleo nigerianos. O sucessor de Obasanjo, Umaru Yar-Adua, desacelerou esse processo de troca entre os dois países, mas acabou não o abandonando. Dessa forma, até 2008, a China já havia implantado mais de 30 empresas ou *joint*

ventures em território nigeriano. Em 2009, a Sinopec (companhia petrolífera chinesa) comprou a canadense Addax, ampliando sua presença no setor e, em 2010, a China anunciou que investiria mais US\$ 23 bilhões em refinarias no país (CAMPBELL, 2010).

O petróleo no Golfo da Guiné tem uma importância estratégica vital para a segurança energética tanto das potências emergentes, quanto das potências tradicionais. O petróleo da região, além de ser de alta qualidade e de fácil refino, está localizado em grande parte *offshore*. Isso significa que, ao contrário do petróleo normalmente encontrado no Oriente Médio, esse apresenta custos de transporte reduzidos e não está tão suscetível aos riscos de violência política interna (HANSON; VYING FOR WEST AFRICA'S OIL, 2007). Como o Relatório Cheney de fato apontava, o acesso ao petróleo do Golfo da Guiné é imprescindível para os interesses norte-americanos.

Os investimentos chineses na África, no setor petrolífero, de comércio e de infraestrutura, somados à emergente cooperação política Sul-Sul têm se mostrado, portanto, como um real contraponto à histórica influência ocidental no continente. Cabe destacar, portanto, o que faz com que a China seja um parceiro tão atrativo para os países em pleno crescimento da África. Os princípios básicos da política chinesa para a África - o respeito à soberania e a não intervenção em assuntos internos - presentes em todos os âmbitos das relações sino-africanas, são muito bem-vistos pelos políticos do continente. Dessa forma, Pequim acaba por degradar as bases sociais e históricas sob as quais os países ocidentais perpetuam a sua dominação (VISENTINI, 2013).

O que torna a China um parceiro desejado por muitos países do continente africano é justamente a sua participação em termos econômicos e políticos, sem interferência na soberania dos países da África. Enquanto por um lado, o Ocidente e o seu modelo de economia internacional baseado no chamado “Consenso de Washington” impõe condicionantes aos regimes nacionais para o estabelecimento de parcerias, o chamado “Consenso de Pequim” opta por parcerias sem contrapartidas pré-estabelecidas. Além disso, os próprios empréstimos chineses são, muitas vezes, realizados sem cobrança de taxas de juros abusivas e possibilitam o pagamento em recursos naturais ou matérias primas, diferente do que normalmente ocorre com a ajuda financeira proveniente do FMI e do Banco Mundial (ADISU; SHARKEY; OKOROAFU, 2010).

ça dos Estados Unidos no sentido da África, percebe-se que fatores conjunturais como a alteração nas dinâmicas de fornecimento de energia e o início da consolidação das chamadas potências emergentes foram essenciais nesse sentido. Confirma-se, portanto, a hipótese de que a questão das fontes energéticas, desdobrada nos riscos de ter o acesso dos Estados Unidos negado, foi o fator majoritariamente responsável pela criação do AFRICOM. No que diz respeito à explicação dos mecanismos de funcionamento e do caráter contraditório do Comando, concluiu-se que, a despeito da retórica benevolente e cooperativa proposta pelos EUA, trata-se de mais uma tentativa de garantir a segurança energética do país por meio de atividades militares. Ambos os fatores analisados são, na verdade, faces da estratégia de engajamento indireto dos EUA no continente.

Por fim, tratando-se da política chinesa para a África, nota-se que há sim um interesse estratégico no fornecimento de matérias primas e, principalmente, petróleo. No entanto, o diferencial das relações com a China tem cada vez mais atraído os países africanos para a sua esfera de influência. A desconfiança sobre as potências tradicionais, somada ao caráter de longo-prazo das políticas chinesas, põe em xeque os laços econômicos do ocidente. Resulta que a China, também em busca de seus interesses nacionais, representa, ao mesmo tempo, uma alternativa aos países africanos e uma ameaça aos interesses ocidentais.

A despeito do tradicional caráter econômico das relações entre Beijing e o continente africano, os últimos anos têm posto em evidência uma outra face do engajamento chinês no continente. Desde o esmorecimento da estratégia conhecida como *Hide your light*, os chineses têm optado por uma posição de maior proatividade militar no exterior. No entanto, em função do seu caráter de potência emergente e da sua falta de prestígio enquanto superpotência capaz de estabilizar conflitos, Beijing tem utilizado das Missões de Paz das Nações Unidas, a exemplo de Tóquio, para mostrar-se como um ator presente no processo de governança global e um “interveniente responsável” nas relações internacionais (PICKRELL, 2015).

Ainda mais recentemente, o governo chinês parece estar inclinando-se a iniciativas de engajamento direto no continente africano. Com a aquisição de seu primeiro porta-aviões e o objetivo de atuar fora dos mares próximos, a China anunciou em 2015 que se encontrava em processo de negociação a construção

de um “Campo Naval” em um porto no Djibuti. Essa seria a primeira base chinesa ultramarina, criada com o intuito de dar apoio logístico para a Marinha chinesa, e localizada em uma região extremamente estratégica, ao lado da única base oficial norte-americana na África e com acesso rápido ao Mar Vermelho e ao Oceano Índico (SPUTNIK, 2015). Além disso, em dezembro de 2015, o governo Chinês aprovou a sua nova lei antiterrorismo, que dá margem para a atuação das forças armadas chinesas no exterior e para a atuação mais profunda dos sistemas de inteligências do país (ISAPE, 2016).

Desde a internacionalização da economia chinesa, tornou-se cada vez mais necessária a proteção de seus interesses além-mar. Parece existir um interesse vital em Pequim, assim como há em Washington, em assegurar a sua presença em regiões economicamente promissoras da África. Assim, essas iniciativas de engajamento militar direto e indireto apontam para um caminho lógico da política externa chinesa para o continente: após a consolidação de parcerias econômicas na Nigéria, Sudão, Egito e Etiópia, a presença militar da China na região do Saara-Sahel e do Chifre da África parece inevitável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADISU, K., SHARKEY, T., & OKOROAFU, S. C. (Setembro de 2010). **The Impact of Chinese Investment in Africa**. *International Journal of Business and Management*, V(9), 3-9.

CAMPBELL, J. (2010). **Who's in Charge: China, or Nigeria?** Acesso em Outubro de 2015, disponível em Global Post: <http://www.globalpost.com/dispatch/worldview/100604/nigeria-oil-china>.

CHEN, W., DOLLAR, D., & TANG, H. (2015). **How Similar is Chinese Investment in Africa to the West's?** Acesso em Outubro de 2015, disponível em Brookings Institution: <http://www.brookings.edu/blogs/order-from-chaos/posts/2015/08/18-chinese-investment-africa-chen-dollar-tang>.

COPSON, R. (2007). **The United States in Africa: Bush Policy and Beyond**. Nova Iorque: Zedd Books.

DRAISTER, E. (2012). **Mali, Al-Qaeda and the U.S. Neo-Colonial Agenda**. Acesso em Setembro de 2015, disponível em Global Research: <http://www>.

globalresearch.ca/mali-al-qaeda-and-the-us-neo-colonial-agenda/31918.

GLOBAL SECURITY. (2015). **American Military Bases in Africa**. Acesso em Setembro de 2015, disponível em Global Security: <http://www.globalsecurity.org/military/facility/africom.htm>

HANSON, S. (2007). **U.S. Africa Command**. Acesso em Setembro de 2015, disponível em Council on Foreign Relations: <http://www.cfr.org/africa-sub-saharan/us-africa-command-africom/p13255>

HANSON, S. (2007). **Vying for West Africa's Oil**. Acesso em Outubro de 2015, disponível em Council on Foreign Relations: <http://www.cfr.org/angola/vying-west-africas-oil/p13281>

HÖRING, J. d., Weber, L., & Closs, M. B. (2014). **A presença de potências extrarregionais como ameaça à manutenção da Zona de Paz e Cooperação**. UFR-GSMUN, pp. 479-530.

ISAPE. (5 de Janeiro de 2016). **China aprova nova lei antiterrorismo**. Acesso em 22 de Janeiro de 2016, disponível em <https://isape.wordpress.com/2016/01/05/china-aprova-nova-lei-antiterrorismo/>

JAFRANI, N. (2012). **China's Growing Role in Africa: Myths and Facts**. Acesso em Setembro de 2015, disponível em Carnegie Endowment for International Peace: <http://carnegieendowment.org/ieeb/2012/02/09/china-s-growing-role-in-africa-myths-and-facts/9j5q>

KEENAN, J. (2013). **The Dying Sahara: US Imperialism and Terror in Africa**. Nova Iorque: Pluto Press.

KLARE, M., & Volman, D. (2006). **The African 'Oil-Rush' and U.S. National Security**. *Third World Quarterly*, pp. 609-628.

MEARSHEIMER, J. J. (Fevereiro de 2011). **Imperial by Design**. *National Interest*(111), 16-34.

PICKRELL, R. (15 de Outubro de 2015). **China: Projecting Power Through Peacekeeping**. Acesso em Setembro de 2015, disponível em <http://thediplomat.com/2015/10/china-projecting-power-through-peacekeeping/>

SMITH, M. S. (2013). **Securing Africa: Post 9/11 Discourses on Terrorism**. Ashgate Publishing.

SOUTHALL, R. (2010). **Scrambling for Africa? Continuities and Discontinuities with Formal Imperialism**. In: R. Southall, & M. Henning, **A New Scramble for Africa?** (pp. 1-34). Scottsville: University of KwaZulu-Natal Press.

SPUTNIK. (27 de Novembro de 2015). **China construirá sua 1 base naval ultramarina perto de base dos EUA no Djibouti**. Acesso em Janeiro de 2016, disponível em <http://br.sputniknews.com/mundo/20151127/2900669/china-base-baval-ultramarina-eua-djibouti.html>

U.S. STATE DEPARTMENT. (2015). **AFRICOM: What We Do**. Acesso em Setembro de 2015, disponível em United States Africa Command: <http://www.africom.mil/what-we-do>

VISENTINI, P. G. (2013). **A África e as Potências Emergentes: Nova Partilha ou Cooperação Sul Sul?** (1ª ed.). Porto Alegre: Leitura XXI.